



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXVI - N.º 115

SEXTA-FEIRA, 17 DE SETEMBRO DE 1971

BRASÍLIA - DF

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1.º, da Constituição, eu eu, Petrônio Portella, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N.º 67, DE 1971

Aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.185, de 13 de agosto de 1971.

Artigo único — É aprovado o texto do Decreto-lei n.º 1.185, de 13 de agosto de 1971, que "acrescenta alínea ao art. 24, da Lei n.º 4.239, de 27 de junho de 1963, que criou o Fundo de Emergência e Abastecimento do Nordeste (FEANE).

Senado Federal, em 16 de setembro de 1971. — Petrônio Portella, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1.º, da Constituição, e eu, Petrônio Portella, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N.º 68, DE 1971

Aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.184, de 12 de agosto de 1971.

Artigo único — É aprovado o texto do Decreto-lei n.º 1.184, de 12 de agosto de 1971, que "dispõe sobre a liquidação dos débitos fiscais de empresas em difícil situação financeira, estabelece normas sobre parcelamento", e dá outras providências.

Senado Federal, em 16 de setembro de 1971. — Petrônio Portella, Presidente do Senado Federal.

ATA DA 127.ª SESSÃO EM 16 DE SETEMBRO DE 1971

1.ª Sessão Legislativa Ordinária da 7.ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. CARLOS
LINDENBERG

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Geraldo Mesquita — José Lindoso — José Esteves — Milton Trindade — Renato Franco — Alexandre Costa — Clodomir Milet — José Sarney — Fausto Castello-Branco —

Helvídio Nunes — Wilson Gonçalves — Dinarte Mariz — Domicio Gondim — Milton Cabral — Ruy Caneiro — Paulo Guerra — Wilson Campos — Luiz Cavalcanti — Leandro Maciel — Antônio Fernandes — Ruy Santos — Carlos Lindenber — Eurico Rezende — Paulo Tórres — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orlando Zancaner — Benedito Ferreira — Emival Caiado — Osires Teixeira — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Mattos Leão — Antônio Carlos — Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenber) — A lista de presença acusa o comparecimento de 36 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a Sessão.

O Sr. 1.º-Secretário procederá à leitura do expediente.

E lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGEM

DO SR. PRESIDENTE DA
REPÚBLICA

Nos seguintes termos:

MENSAGEM
N.º 201, 1971

(Publicada, acompanhada de Exposição de Motivos do Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal e proposta do Orçamento Plurianual de Investimentos do Distrito Federal para os exercícios de 1972, 1973 e 1974, em Suplemento a este Diário.)

MENSAGENS

DO SR. PRESIDENTE DA
REPÚBLICA

Restituindo autógrafos de Projeto de Lei sancionado:

N.º 198/71 (n.º 344/71, na origem), de 15 do corrente, referente ao Projeto de Lei da Câmara n.º 48/71 (n.º 207-B/71, na Casa de origem), que autoriza a incorporação da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais de Natal à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e dá outras providências (Projeto que se transformou na Lei n.º 5.702, de 14-9-71);

N.º 199/71 (n.º 345/71, na origem), de 15 do corrente, referente ao Projeto de Lei da Câmara n.º 45/71 (n.º 208-B/71, na Casa de origem), que concede pensão especial a beneficiários legais de membro integrante do grupo de atração e pacificação dos índios Cintas Largas (Projeto que se

EXPEDIENTE
SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Superintendente

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Chefe da Divisão Administrativa

ÉLIO BUANI
Chefe da Divisão Industrial

ANTONINO OLAVO DE ALMEIDA
Chefe da Seção de Revisão

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:	Semestre Cr\$ 20,00 Ano Cr\$ 40,00
Via Aérea:	Semestre Cr\$ 40,00 Ano Cr\$ 80,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido
de Cr\$ 0,02)

Tiragem: 15.000 exemplares

transformou na Lei n.º 5.703, de 14-9-71;

N.º 200/71 (n.º 346/71, na origem), de 15 do corrente, referente ao Projeto de Lei da Câmara n.º 46/71 (n.º 209-B/71, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a desapropriar, em favor da Empresa Brasileira de Telecomunicações — EMBRATEL —, o domínio direto de terrenos do Estado da Guanabara (Projeto que se transformou na Lei n.º 5.704, de 14 de setembro de 1971).

OFÍCIO

DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

N.º 402, de 15 do corrente, comunicando a aprovação da Emenda n.º 2 do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 38/71 (n.º 127-E/71, na Casa de origem), que regula a aquisição de imóvel rural por estrangeiro residente no País ou pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no Brasil, e dá outras provisões (Projeto enviado à sanção em 15-9-71).

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindeberg) — No expediente lido, figura a Mensagem n.º 201, de 1971 (n.º 357, de 1971, na origem), pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado Federal, nos termos do art. 42, inciso V, combinado com o art. 17, § 1º, da Constituição, o Projeto de Lei do Senado n.º 82, de 1971-DF, que aprova o Orçamento Plurianual de Investimentos do Distrito Federal para o triénio 1972/1974.

A matéria será despachada à Comissão do Distrito Federal, podendo os Srs. Senadores, perante ela, apresentar emendas nos 20 dias que se seguirem à publicação da matéria no Diário do Congresso Nacional.

Para emitir parecer sobre o proje-

to e as emendas, a Comissão terá o prazo de 30 dias.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindeberg) — Comunico ao Plenário que esta Presidência, juntamente com o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, teve o prazer de receber, hoje, pela manhã, a visita de Suas Excelências o Sr. Jean Chamont, Ministro dos Transportes da França e o Sr. François de Laboulaye, Embaixador Francês no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindeberg) — Concedo a palavra ao Sr. Senador Ruy Santos, como Líder da Maioria.

O SR. RUY SANTOS (Como Líder. Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Constituição de 1967 foi a primeira das Constituições brasileiras a fixar, expressamente, que é da competência do Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor "sobre planos e programas nacionais, regionais e orçamentos plurianuais", dispositivo mantido na Emenda n.º 1. E a Lei Complementar n.º 9, de 1970, dispõe, no seu art. 1º, que "o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento e o próximo Orçamento Plurianual de Investimento serão encaminhados ao Congresso Nacional até o dia 15 de setembro de 1971 e terão vigência nos exercícios de 1972, 1973 e 1974".

Ontem à tarde, o Senhor Presidente da República enviou ao Congresso, dentro do prazo previsto na Lei Complementar n.º 9, o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. E tal a importância do documento, o que a medida representa para o progresso brasileiro, que Sua Excelência fez questão de que a mensagem fosse trazida ao Poder Legislativo pessoalmente, pelo Chefe de sua Casa Civil, o Ministro Leitão de Abreu, presente ainda ao

ato o Ministro Reis Velloso. E fomos sensíveis, Sr. Presidente, à proposta governamental; tanto que a entrega foi presenciada por grande número de parlamentares, de ambos os Partidos, inclusive os seus Líderes, numa demonstração de que todos estamos unidos na solução dos grandes problemas nacionais. O Brasil marchará, assim, unido, em passo acelerado e conscientemente, em direção a seu grande futuro. O Senhor Presidente da República, na sua mensagem, destaca que:

"O Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento define, em sentido global, estratégia do desenvolvimento brasileiro, capaz de assegurar a continuidade do crescimento a taxas entre 8% e 10% ao ano, e de construir, no País, uma sociedade desenvolvida; delineia as concepções e os meios para a consolidação de economia moderna, competitiva e dinâmica, com setor público eficiente e com estruturas empresariais sólidas, tecnológica e financeiramente; estabelece bases para efetivar a Integração Nacional, visando, principalmente, a desenvolver o Nordeste e conquistar a Amazônia, a fim de que o País possa valer-se, convenientemente, de seus recursos humanos e da sua dimensão continental; e traça as linhas para a integração Social."

Assim, esperamos todos que, com a ação do Poder Executivo e com a eficiente colaboração do Poder Legislativo, nos leve o Plano, no final de sua execução, a uma renda per capita acima de 500 dólares e que estejamos no oitavo lugar entre os dez países de maior nível global de Produto Interno Bruto. Ingressaremos na era nuclear com a construção de nossa primeira Central Nuclear. Esperamos que, em 1974, através a ação do MO-

BRAL, não tenhamos mais de dois milhões de analfabetos entre 15 e 35 anos. Teremos executado grandes programas de investimento, como o de Expansão Siderúrgica, o Petroquímico, o de Transportes, o de Construção Naval, o de Energia Elétrica, o de Comunicações, o Programa de Mineração. Teremos desenvolvido, quase ao máximo, o Programa de Integração Nacional, com a transferência da União, para o Nordeste e para a Amazônia de quase cinco bilhões de cruzeiros por ano. E ao lado da Integração Regional, a Integração Social, com a participação de todas as classes no nosso desenvolvimento. A ampliação das nossas exportações. O zélo pela nossa soberania.

"A revolução foi feita para construir", diz o Plano. E ainda ontem, muitos, dentre nós, ouvimos uma exposição lúcida, clara, do Ministro Delfim Netto, quanto à política econômica do Governo, respondendo ainda, com previsão, a todas as interpelações feitas. O terceiro Governo da Revolução manterá o Produto Interno Bruto com taxas de crescimento na ordem de 9% ao ano e a expansão industrial acima de 10%, e espera chegar, ao seu final, com uma taxa de inflação de 10% ao ano. A agricultura será assegurado um crescimento acima de 7%, e os espaços vazios, mormente no Norte, serão ocupados, com colonização adequada, orientados os pequenos proprietários, assistidos, para que, desapegados à rotina em que se fizeram adultos, se integrem, corajosamente, na arrancada desenvolvimentista brasileira. Unificado o Brasil, não só pela crença e pelo sentimento nacional, mas, também, por um perfeito sistema de transportes e comunicação, serão eliminadas as distâncias e, mais ombro a ombro, coração a coração, nos colocaremos a serviço do Brasil. A integração do admirável trabalhador brasileiro será feita na expansão da renda nacional, democratizado o capital das empresas e coibido o abuso do poder econômico. O homem olhado como o essencial ao desenvolvimento, educado e tratado, valorizado, conscientizado, a consciência dos seus direitos, mas também dos seus deveres para com a Nação; aquela frase de Kennedy, sempre à nossa frente, de que não devemos buscar saber o que o nosso País fez por nós, mas o que fizemos por ele. A preocupação nossa de fazermos o que convém ao Brasil, sem olharmos para o que outros povos fizeram ou estão fazendo. A atração dos increus à obra da Nação. A eliminação do terror que nada constrói, pela ação construtiva do Governo. A plenitude democrática, não aquela democracia utópica, palavrosa, que perdeu sentido, mas a democracia do bem-estar do povo, da construção da grandeza nacional, com o respeito — o óbvio — aos me-

lhores valores espirituais da criatura humana.

O Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico já está no Congresso. Não, por certo, os Senhores Senadores, como todos os Congressistas, de examiná-lo, de debatê-lo. Neste comentário de hoje, quero apenas destacar a sua chegada à Casa, bem como os propósitos, a determinação, o patriotismo do eminente Presidente Emílio Médici.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Linnéberg) — Com a palavra o nobre Senador José Sarney, por cessão do nobre Senador Benedito Ferreira.

O SR. JOSÉ SARNEY (Lê o seguinte discurso.) — Senhor Presidente, Senhores Senadores: quando, Senhor Presidente, um homem se torna membro deste corpo (o Senado), não lhe é dado sonhar sequer com a prova à qual não pode deixar de se expor:

"com o montante de coragem que deve possuir, para resistir às tentações que diariamente o assaltam;

com aquêle sensível fugir à censura desmerecida, que deve aprender a dominar;

com a disputa intermitente entre um desejo natural de aprovação pública;

com o fardo da injustiça que deve comprazer-se em conduzir, inclusive da parte daqueles que deveriam ser seus amigos;

as imputações dos seus motivos; as carétas do sarcasmo, da ignorância e da malícia;

todas as múltiplas injúrias que a maldade partidária ou privada, desapontada nos seus objetivos, pode atirar contra a sua desprotegida pessoa.

Tudo isso, Senhor Presidente, para que possa manter a sua integridade, deve ele aprender a suportar sem se comover e seguir adiante, sem vacilação, no caminho do dever, sustentado apenas pela idéia de que o tempo lhe pode fazer justiça, ou, senão, que afinal suas esperanças e aspirações individuais e mesmo o seu nome entre os homens devem ser de pouca importância para ele, quando pesadas com o bem-estar de um povo "de que foi ele constituído guardião e defensor".

Palavras do Senador William Fessenden, de Maine, no necrológio do Senador Foot, de Vermont, extraídas do livro "Política e Coragem", do Presidente John Kennedy.

Senhor Presidente, há uma semana tentaram alguns discursos aqui proferidos pintar-me como um anjo rebelde, um renegado da Instituição

Legislativa. Não desejo deter-me na análise das motivações que me foram atribuídas. Seria diminuir o debate e o Senado. Nem uma coisa nem outra, entretanto, são do meu desejo. Pretender que busco promoção pessoal, manifesto mágoa pelo não exercício de postos ou tento obscurecer o brilho das palavras do Presidente do Senado — Casa a que me orgulho de pertencer — na Escola Superior de Guerra, é injustiça feita não a mim, mas ao povo do Maranhão e à classe política brasileira que teria nos seus quadros e dentre seus participantes com funções as mais altas na hierarquia política, conduta tão limitada.

Esse argumento facilmente tranquiliza certas consciências que se afligem pelas motivações e exame dos fatos e que se torturam com visão pessoal. Mas não elimina nem obscurece a dura e cruel realidade que procurei levantar com o mais alto objetivo de revitalizar o Congresso, diagnosticando nêle os sinais de uma crise que, não sendo particularmente brasileira, e sim mundial, bateu às portas de nossas Instituições Legislativas. É o enfraquecimento que se alastrou pelos parlamentos de todos os Continentes.

Dois pontos, de início, desejo fixar: o primeiro, o de que em nenhum momento particularizei nomes de congressistas, porque seria grosseria imprópria aos gestos de polidez que nunca desprezei mesmo diante dos mais intransigentes adversários e consistiria injustiça com amigos e companheiros de longa data. Cito, por exemplo, Pereira Lopes, a quem dedico profunda admiração e fraterna amizade e cuja admirável conduta no esclarecido encaminhamento da Reforma louvo e exalto, embora possa divergir. O outro ponto é assinalar, sem subterfúgios, que nada tenho de pessoal contra o Senador Petrônio Portella, Presidente desta Casa. Ambos integramos a mesma geração, provímos da sofrida região do Meio-Norte e, ontem como hoje, pertencemos à mesma agremiação partidária.

Nossa divergência teórica, prática e pública é sobre a Reforma do Congresso. Ela é da própria essência da Democracia, porque significa liberdade de consciência. Colocada lealmente em termos de absoluta honestidade de propósitos ela aí fica, sem extrapolar para outros campos que nunca foram da minha semeadura política.

Não há Democracia sem Congresso. O Congresso é a própria imagem do regime democrático. Através dele a Democracia representativa direta — e até hoje ninguém conseguiu idealizar regime melhor — marca a presença do povo no exercício do poder. Devo minha formação política ao Congresso. Deputado que fui por três

Legislaturas. Posteriormente Governador e agora membro desta Casa, sempre através da legitimidade do voto popular. Nasce da fidelidade a essas origens minha angústia institucional e tem sido a tônica permanente dos discursos que tenho profrido nesta Casa, pugnando pela sua vitalização, pela sua presença nas decisões nacionais e, sobretudo, pela sua capacitação para o cumprimento completo e imediato dessa relevante missão.

O Congresso não é apenas a Mesa Diretora de suas Casas, nem os Líderes. O Congresso é o conjunto de Líderes que todos nós somos, uns com maiores, outros com menores responsabilidades. O Congresso não é uma casa de vencidos e sim de vencedores. Os que perdem as eleições não têm assento nesta Casa. Como Instituição que retrata o poder político do País é muito mais do que a soma das partes que a compõe. Criticar os Líderes e as Mesas não é criticar o Congresso, tanto mais quando essa crítica se faz com o objetivo maior de revigorar o próprio Congresso.

Forma cômoda de não enfrentar a realidade é fingir o entendimento de algo completamente diverso. É o conhecido "ato falhado". Os Líderes não são imunes às críticas, tanto assim que a Lei dos Partidos impede seja ela apenas feita ao programa e às diretrizes. Criticar as Lideranças é prova de vitalidade democrática. Não diminui a Casa, antes lhe dá vida. É colaboração.

Uso de direito legítimo, identificando a crise do Congresso. Sómente eu disse isso? Não! Apenas o Poder Legislativo está em crise? Não! O Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Aliomar Baleeiro, disse, na Escola Superior de Guerra, estar o Judiciário também em crise. E, ao que me consta, o Supremo não se levantou contra seu Presidente e nem ele quis extinguir um dos Poderes harmônicos da República, ao criticar e ao identificar a crise do Judiciário.

Reafirmo meu pensamento, não como desafio a interpretações de minhas palavras, mas como apelo para exame de consciência coletiva, institucional.

Afirmei que o Congresso envelheceu em cinco meses. Será a velhice uma desonra? Não. A velhice em si é simples medida de tempo, mas a do Congresso é resultante do conformismo. O que é juventude? É fase da criação. Deus não se conformou com as coisas e foi jovem quando criou o mundo. Inconformado com a rotina, não completou sua obra para que o homem a pudesse renovar todo dia pelo seu trabalho.

Lembro Gilberto Amado, na sua lucidez — um espírito que nunca envelhece — quando dizia: "Todo jovem

tem o dever de ser inquieto. Imbecil será se for revolucionário aos 50 anos."

Estamos quase no fim da primeira Sessão Legislativa e a reforma não saiu; e até o fim do ano não sairá. Minha opinião é a de que a reforma, sendo meramente administrativa, é estática; se fosse política, seria dinâmica. Ela teria um processo contínuo de implantação. Não seria pré-fabricada para ser entregue e depois implantada. Enquanto se espera, estamos parados. Ver isso e não constatar é sentir a febre e negá-la. Devemos diagnosticar e aplicar o remédio. Não fazer isso é praticar o sortilégio político.

Reafirmo meu ponto de vista. A frustração existe. É um fato. Está em todos os pronunciamentos. Está em todas as conversas e, em sã consciência, confesso que jamais poderia ter inventado, se não tivesse sentido, até dados novos, depois do meu pronunciamento, de alguns Parlamentares que chegaram a pensar residir no Rio de Janeiro. Repito: está em todas as conversas. Os motivos podem ser diferentes mas o sentimento é um só.

Falei da necessidade de estimular os Líderes ao movimento, porque elas são os primeiros responsáveis, e essa é uma responsabilidade da Liderança, um dos ônus da Liderança. E eu não os desejo imóveis, mas reivindicativos. É muito fácil supor que o Presidente da República ainda não deu o "sinal verde". Que ele será o árbitro e as Forças Armadas não querem ainda. É meu dever colaborar, dizendo que, pela eficiência podemos ajudar a formulação do projeto político brasileiro, que concilie liberdade com segurança nacional, o desenvolvimento econômico e social com o nacionalismo e a distribuição da riqueza com a Federação.

Supor que o Presidente ainda não quer e que as Forças Armadas não desejam, é impopularizá-los: é estimular a ineficiência, o marasmo, o desencanto, pela simples constatação dos condicionamentos.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOSÉ SARNEY — Darei, logo em seguida, o aparte a V. Ex.^a, esperando terminar a leitura das palavras que tive humildemente a honra de escrever, para trazer ao Senado.

(Continua lendo.)

Os políticos não estão isentos desse serviço à Nação, em tempo onde o desenvolvimento é prioritário.

José Américo, na sua lucidez extraordinária que bem mostra que os grandes homens não envelhecem nunca, disse, faz poucos dias:

"Há uma época de grande desprestígio da classe política e isso é o resultado de um longo processo de enfraquecimento contí-

nuo, fenômeno que os próprios políticos não se apercebem, dada a falta de ação e inabilidade."

São palavras suas. E afirma:

"A imagem do Congresso se deteriorou, seu vigoramento deverá partir da sua própria atitude."

A eficiência é o caminho. O vazio dos corredores e do Plenário é uma evidência de que há algo mais entre o céu e a terra. Clamo pela necessidade de estimular as novas lideranças para que não haja o hiato que houve com o Estado Nôvo, e que é apontado por todos como a causa de nossos males. Daí a necessidade da abertura de oportunidade aos jovens, aos novos que aqui chegam ou pretendem chegar.

Falei numa avaliação dos nossos meses de funcionamento. Nenhuma instituição, por menor que seja, pode prescindir de uma avaliação periódica do rendimento de seu trabalho. Pois é esta avaliação, em função da eficiência e do prestígio do Congresso e em função do desafio histórico a nós colocado, que julgo urgente e imprescindível.

A minha convicção é de que estamos em busca de novas funções, porém sem poder cumprir as que temos. Este diagnóstico não foi refutado.

Temos que reconhecer que existe um descompasso entre o nosso ritmo de trabalho e o ritmo e a profundidade de todos os demais setores da vida nacional. Há poucos meses atrás, quando as classes produtoras reclamavam certas reivindicações ao Governo, este foi enfático: o Governo não pode estancar o processo de dinamização e racionalização do setor administrativo, à espera de que elas adquiram maior eficiência. E dizia: "que cuidem de acompanhar o ritmo novo do País".

Creio que o mesmo deveria ser dito em relação a nós, na esfera política. O Governo não pode estancar a sua ação administrativa, não pode deixar de tomar decisões, não pode deixar de abrir rumos novos sob o pretexto de que certas atribuições são privativas do Congresso e que seria necessário esperar o Congresso dinamizar-se para só então o Executivo agir. É a regra do mundo moderno. Nixon não pediu uma lei do Congresso para desvalorizar o dólar.

Enquanto se multiplicam os seminários e outras formas de maior convivência entre parlamentares e funcionários, esvaziam-se as comissões técnicas, e a crise do Plenário continua. E por quê? Porque não está sendo jogada, aqui, com a profundidade que o País reclama, a sorte dos grandes problemas nacionais. É preciso reconhecer isto. E não reconhecê-lo. Srs. Senadores, implica em atribuir ao re-

gime — o que é mais grave — a inapetência do Congresso para o exercício de suas legítimas atribuições. Esperar também que uma reforma de estrutura da atividade parlamentar se transforme numa simples reforma administrativa e que esta mera substituição de rotinas venha criar um novo modelo de Congresso é confiar em milagres sem ter feito por onde merecer-lhos. Esperar que o revigoramento resulte da criação de uma comissão mista integrada por parlamentares e representantes do Executivo é confessar a falácia dos fundamentos desta instituição. Não pensem, Senhores Senadores, que sonho com uma posição de privilégio do Congresso em relação aos demais Poderes da República. Os tempos evoluíram no sentido de tornar as decisões tanto mais complexas quanto mais urgentes. O Congresso não pode nem deve tentar ser a fonte exclusiva de todas as grandes decisões nacionais. Não estamos no regime parlamentarista. Mas também não pode nem deve permitir que todas as grandes decisões nacionais lhe passem ao largo, como se este fosse um sítio impróprio ao estudo, ao debate e às soluções.

Do ponto de vista do prestígio da instituição, tanto quanto do projeto revolucionário de reinstitucionalização do poder é imprescindível que as lideranças políticas lutem para participar do mecanismo de decisões do País. Um Congresso inibido, um Congresso esvaziado pode ser um obstáculo à própria vontade, tantas vezes anunciada pelo Presidente da República, de reinstitucionalizar o poder civil.

Ouço agora, com muita honra, o aparte do Senador Eurico Rezende.

O Sr. Eurico Rezende — Notamos e estamos acompanhando com inflacionário paladar literário...

O SR. JOSÉ SARNEY — Muito obrigado a V. Ex.^a, isto é um defeito que trago do Maranhão.

O Sr. Eurico Rezende — ... a exposição doutrinária de V. Ex.^a É realmente uma aula — pode ser considerada — de Teoria Geral do Estado, que justifica a presença de V. Ex.^a nessa tribuna. Até aqui, captei apenas uma especificação da inconformidade ou do pessimismo de V. Ex.^a nesta afirmativa: "faz quase um ano e a Reforma do Congresso não saiu." Palavras de V. Ex.^a Ai reside precisamente, meu caro colega, a primeira injustiça confessada por V. Ex.^a Não se pode estranhar, em hipótese alguma, que uma tarefa deste porte não esteja ainda concluída, pois foi iniciada creio que em junho do corrente ano. Estamos em setembro. Devo, para tranquilizar V. Ex.^a, dizer que se projeta, também, nos escalões do Poder Executivo, uma grande reforma. A partida foi dada em 1967, quer-me parecer que pelo Decreto-lei nº 200, e em nenhum dos Ministérios se

completou, ainda, a reforma. Então verificamos que no primeiro ponto concreto, porque o restante é uma encantadora moldura doutrinária do discurso de V. Ex.^a, repito, no primeiro ângulo objetivo verificamos que V. Ex.^a não tem razão quando caracteriza sua impaciência porque não se completou uma reforma iniciada há quatro ou cinco meses atrás, do Congresso Nacional.

O SR. JOSÉ SARNEY — Muito obrigado a V. Ex.^a Mas V. Ex.^a, talvez sem querer, aflorou ao âmago do problema. É aí que reside, exatamente, a nossa total divergência e em que eu identifico a paralisação em que estamos vivendo, no Congresso Nacional.

O conceito de reforma é hoje um conceito dinâmico, não é um conceito estático. Reforma que não muda, há dois dias no editorial do *Jornal do Brasil*, não é reforma. O Governador Helvídio Nunes está aqui...

O Sr. Helvídio Nunes — Ex-Governador.

O SR. JOSÉ SARNEY — Digo Governador porque foi V. Ex.^a quem sentiu esse problema comigo e sabe disso em teoria: que reforma tem que ser dinâmica e começa no primeiro dia. Ela não pode ser um "prato feito", um modelo que se prepara e vai-se entregar para ser executada.

O Piauí é um pequeno Estado, como o Maranhão é um pequeno Estado e nós fizemos uma reforma em cinco anos. Logo no primeiro ano nós motivamos todo o Estado, nós e o Governador Helvídio Nunes, com seminários sobre reforma, a sua política e as suas diretrizes. Grupos de trabalho, simpósios, professores para debater os erros conosco, para motivar o que se ia fazer, o que se ia reformar. Isto porque a filosofia básica é que ninguém reforma quem não quer ser reformado; ninguém ajuda quem não quer ser ajudado.

Sr. Senador, fico triste, amargurado, quando penso no problema da reforma desta Casa.

Então, para dizer a V. Ex.^a o erro que aqui cometemos, basta citar que a reforma do Senado foi considerada matéria de natureza confidencial, que não se podia divulgar, não se podia publicar. V. Ex.^a não podia saber, a Nação também não, nem a Casa, o que se estava passando lá dentro. Por quê? Não sei. Mas foi considerada matéria secreta e que não se podia divulgar. Ai reside, exatamente, o erro. Porque se o Congresso está desaparelhado e precisa do apoio, é preciso começar, e não adotar uma fórmula na qual vamos preparar um prato, enfeitiá-lo, confeitá-lo e dizer: Comam. Não é esse o caminho da Reforma, justamente. Tenho o direito de divergir, Sr. Senador; sobre isso,

posso estar errado. E Deus queira que eu esteja errado, o que será ruim para mim mas será muito bom para este País e para esta instituição.

O Sr. Eurico Rezende — Estou estranhando porque V. Ex.^a disse que faz quase um ano e a reforma não saiu.

O SR. JOSÉ SARNEY — Eu disse que a reforma não saiu; ou saiu? Não saiu.

O Sr. Eurico Rezende — Não; estou estranhando...

O SR. JOSÉ SARNEY — Quando ela sairá?

O Sr. Eurico Rezende — A Sessão Legislativa começou em abril; poder-se-ia fazer a reforma em cinco meses?

O SR. JOSÉ SARNEY — Falei da reforma administrativa. Não falei da reforma política, que estava entregue aos mais eminentes homens públicos deste Senado, pelos quais tenho veneração e admiração, que são os Senadores Daniel Krieger e Milton Campos, a quem rendo e sempre rendi a homenagem de meu respeito, em todos os momentos. E acrescento: já mais participaria, como Presidente, de uma Comissão, na qual estivesse Milton Campos e Daniel Krieger, porque não me sentiria em condições de, junto a S. Ex.^{as} ocupar essa posição. Tenho certeza de que colaboraria com S. Ex.^{as} e de que jamais seria interpretada essa cooperação como promoção pessoal, quando é angústia o que se sente.

O Sr. Daniel Krieger — Permite-me V. Ex.^a?

O SR. JOSÉ SARNEY — Pois não.

O Sr. Daniel Krieger — Nobre Senador José Sarney, V. Ex.^a é homem digno, e é tão capaz, principalmente o é mais do que eu, embora não o diga mais capaz que o eminentíssimo Senador Milton Campos. V. Ex.^a honraria qualquer Comissão.

O SR. JOSÉ SARNEY — Muito obrigado, nobre Senador Daniel Krieger.

O Sr. José Lindoso — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOSE SARNEY — Ouvirei V. Ex.^a Antes, desejo tão-só terminar minhas considerações sobre o problema da reforma do Legislativo.

Sr. Presidente, esta foi a divergência que tivemos, e que tornei pública, e da qual, no momento, faço avaliação. Quando cheguei àquela Comissão, disse que iríamos perder um ano. Por que então, não levarmos o debate à Nação inteira? Uma Comissão Mista discutindo, durante 60 dias, as diretrizes políticas e administrativas da reforma, com a participação de todo o País enfocada para o Legislativo.

Essas primeiras providências iriam sendo tomadas concomitantemente com as decisões, como em qualquer reforma administrativa, hoje, se faz. A reforma do Governo levou sete anos, citou S. Ex.^a. E deu como justificativa da Comissão para recusar meu argumento, a previsão de que ela faria a reforma em 18 meses e que a reforma, como eu a entendia, poderia prolongar-se por muito tempo.

Evidentemente, não se chega ao final do dia para a noite, uma reforma; todavia ela começa, no primeiro dia, a fazer sentir os seus efeitos. Foi esta a orientação básica.

O Sr. Eurico Rezende — Começou no primeiro dia, Excelência. A Sessão Legislativa iniciou-se em abril, há apenas cinco meses.

O SR. JOSÉ SARNEY — Ficarei até muito feliz se V. Ex.^a me ajudar; se eu obtiver, já que falamos de reforma, e V. Ex.^a conseguir que os trabalhos da reforma, feitos pelo Senado, sejam de natureza pública, e que os pareceres dados, inclusive o meu, tenham publicação nos Anais do Senado, porque, assim, já teria fixado melhor o meu pensamento e não teria de reafirmá-lo a tóda hora.

O Sr. Eurico Rezende — A matéria virá à Plenário, e terá amplo debate. Quero então dizer a V. Ex.^a que nesse ponto a crítica e o inconformismo de V. Ex.^a não têm — e digo isto com todo respeito a V. Ex.^a — a menor procedência.

A Sessão começou em abril. Estamos em setembro. A tarefa é de grande importância. Não se justifica a impaciência de V. Ex.^a, vamos então acompanhar o discurso de V. Ex.^a porque esta etapa serviu para demonstrar, evidentemente, a improcedência e o pessimismo de V. Ex.^a

O SR. JOSÉ SARNEY — Muito obrigado.

O Sr. Daniel Krieger — V. Ex.^a me permite? (Assentimento do orador.) — Sinto-me no dever de prestar um esclarecimento. O eminente Senador Milton Campos está produzindo um trabalho, está ouvindo e auscultando opiniões. Ele trará, naturalmente, a esta Casa, um estudo digno do seu saber, da sua inteligência e da sua grande formação moral. Acho que o Senado deve aguardar que o eminente brasileiro, Senador Milton Campos, traga este trabalho para depois entrarmos no debate, na análise, e dai tirar os proveitos da sua experiência e dos seus ensinamentos, e sobretudo do seu exemplo.

O SR. JOSÉ SARNEY — Muito obrigado a V. Ex.^a. O aparte de V. Ex.^a só faz honrar o meu discurso.

Sobre a matéria da reforma administrativa, Sr. Presidente, tive oportunidade de dar um longo parecer,

com mais de 30 páginas, e acredito que sobre este assunto está perfeitamente delineado o meu ponto de vista e o ponto de vista da Mesa.

O Sr. Eurico Rezende — V. Ex.^a vai aguardar o trabalho do eminente Senador Milton Campos. Vê V. Ex.^a que apenas arma tempestade em copo d'água.

O SR. JOSÉ SARNEY — V. Ex.^a continua sem entender. O trabalho do nobre Senador Milton Campos, foi pedido por este tipo de orientação que a reforma tomou.

Evidentemente o trabalho do professor Milton Campos é restrito; S. Ex.^a vai pôr nêle as suas idéias, vamos apenas ter o pensamento de S. Ex.^a colocado. É uma contribuição, uma diretriz para a reforma que, realmente, será encaminhada. Não seria a síntese da reforma do Congresso e nem disse isso o eminente Senador

O Sr. Eurico Rezende — Mas, aí é adivinhação.

O SR. JOSÉ SARNEY — Peço a V. Ex.^a consiga que se publique o meu parecer, como está. Só isto. Se V. Ex.^a conseguir isto, ficarei muito feliz.

O Sr. Heitor Dias — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOSÉ SARNEY — Com muita honra, nobre Senador.

O Sr. Heitor Dias — Observamos, do pronunciamento de V. Ex.^a, que, no particular das declarações prestadas à imprensa, e da exposição que V. Ex.^a brilhantemente está fazendo, há apenas um mau emprêgo de terminologia. V. Ex.^a falou em um Congresso envelhecido e esvaziado, quando se depreende que V. Ex.^a quer dizer "um Congresso desaparelhado". Não é a mesma coisa. Envelhecido estéve este Congresso — eu falo o organismo do Legislativo nacional — se atentarmos para as advertências que, em 1947, já eram feitas pelo nobre Senador Nereu Ramos, mostrando que novos caminhos e normas deveriam ser adotados para que o Congresso pudesse cumprir legitimamente a sua missão. Não foram ouvidos os conselhos, nem aceitas as advertências daquele nobre Parlamentar, e muito daquilo só veio com a cirurgia da revolução. Admito, com V. Ex.^a, que o Congresso está desaparelhado — este Congresso atual — mas não envelhecido, mas o que se interpretou é que V. Ex.^a quisesse dizer que o Congresso estava superado. E o esvaziamento não seria bem o termo, se quiséssemos também examinar em profundidade a realidade nacional. Há restrições que compreendemos como dentro da moldura da excepcionalidade por que passa a Nação. Mas vemos todos os dias as atividades que se processam nas várias comissões. Trabalhos intensos, dos quais participa V. Ex.^a com o brilho de sempre.

O SR. JOSÉ SARNEY — Muito obrigado.

O Sr. Heitor Dias — Este Congresso tem dado provas da sua vitalidade — o Congresso Geral, Senado e Câmara. Presenciamos, há pouco tempo, façase justiça, o trabalho de ilustres Parlamentares da Câmara dos Deputados, fazendo, inclusive, publicar uma revista de alto mérito, examinando problemas nacionais, e de rara oportunidade. V. Ex.^a falou em esvaziamento do Plenário. Mas sabe V. Ex.^a que a vida do Congresso não está apenas no Plenário — é onde talvez menos ela esteja. A atividade está nas Comissões, e essas Comissões vêm cumprindo o seu dever. Temos que ver que há uma realidade, à qual temos que nos ajustar. Não depende apenas de boa vontade. Estou com V. Ex.^a quando diz que o Congresso está desaparelhado. Tive oportunidade de dizer, no começo desta legislatura, ouvido pela imprensa, que esta Casa precisava de assessoria, mas de uma assessoria técnica, multiforme, e que não fosse — fui mais além — de apenas funcionários do Governo, para que as suas opiniões traduzissem uma realidade sobre a qual nossa Casa, como órgão político, pudesse decidir. De modo que, meu eminente colega, nas palavras de V. Ex.^a, vejo que há apenas um emprêgo impróprio de expressão. Permita-me que afirme, expresse a V. Ex.^a, e somos testemunhas disso, o interesse que a Presidência do Senado, como a Presidência da Câmara, adotam para que o Congresso Nacional — Câmara e Senado — tenha os meios adequados ao cumprimento da sua missão. Portanto, temos que ver que este Congresso não está envelhecido. Ao contrário, está em plena vitalidade porque, reconhecendo a sua deficiência, procura munir-se para melhor cumprimento do seu grande mister.

O SR. JOSÉ SARNEY — Muito obrigado.

O meu pensamento está exposto nas palavras que disse. V. Ex.^a tem o seu e eu o respeito. Eu tenho o meu pensamento e só peço respeito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Lembro a V. Ex.^a que o seu tempo está esgotado.

O Sr. José Lindoso — V. Ex.^a permite-me um aparte?

O SR. JOSÉ SARNEY — Com muita honra.

Eu pediria, Sr Presidente, para ouvir o aparte do nobre Deputado José Lindoso. Em seguida, concluiria o meu discurso.

O Sr. José Lindoso — Não é que eu encontre diferença entre a categoria de Deputado e Senador, mas o povo do Amazonas outorgou-me a honra, numa votação majoritária, de representá-lo no Senado, em idênticas condições de V. Ex.^a. De forma que somos ambos Senadores.

O SR. JOSÉ SARNEY — V. Ex.^a me perdoe se eu fiz esta injustiça a V. Ex.^a. Não foi com qualquer intenção.

O Sr. José Lindoso — Acredito plamente.

O SR. JOSÉ SARNEY — Jamais cometaria esta injustiça de chamar a V. Ex.^a de Deputado.

O Sr. José Lindoso — Não considero isto injustiça. É uma honra. Eu queria assinalar que, nos debates havidos aqui, eu aguardei o discurso de V. Ex.^a, para tomar — se fosse o caso — posição sobre o problema, independentemente da expressão de solidariedade que manifestei aos dirigentes do Congresso, e às nossas Lideranças, num esforço de recuperação da imagem do Congresso, o que ratifico no momento. Pelo discurso de V. Ex.^a, sinto que padecemos nós, V. Ex.^a e eu, de uma mesma angústia: é aquela de buscar caminhos definitivos, dentro de uma fase de transição na História do Brasil. V. Ex.^a, nobre Senador José Sarney, efetivamente, não está preocupado tão-somente com a reforma administrativa do Congresso, porque para esta V. Ex.^a está dando a sua contribuição, pelo seu parecer, pela sua participação e pelas suas divergências, porque o poder de crítica suscita o aprimoramento. Agora, digo a V. Ex.^a que, todos nós, dentro de nossas possibilidades, estamos sendo convocados para participar desse processo de reforma. Constantemente, o eminente Senador Carvalho Pinto solicita a cada Senador que ofereça a sua contribuição, para a elaboração do trabalho norteador da reforma, que será, em tempo oportuno e com a colaboração dos eminentes Senadores, apresentada ao Senado da República. V. Ex.^a tem pressa perante a História, como todos nós temos, como o Presidente da República tem também, mas esta pressa é, realmente, a de abrir as grandes portas para que construamos aquilo que o Presidente espera: uma sociedade aberta, uma sociedade democrática. E o problema, ai, se coloca mais na crise do poder político, ou do poder civil, que pode desdobrar-se na crise partidária, a qual já foi objeto de pronunciamentos de V. Ex.^a, na crise da ação parlamentar que não se esgota, absolutamente, no problema da atuação do Legislativo, mas que se desdobra, também, no aparelhamento do próprio Legislativo para cumprir, dentro das estradas estreitas que a estrutura atual nos possibilita, um trabalho, uma caminhada mais eficiente, como o problema da fiscalização em que a nova Constituição deu tanta ênfase e para a qual não estamos ainda aparelhados. Possivelmente, estamos em busca desse aparelhamento para o exercitar. Digo a V. Ex.^a, então, que o debate deve altear-se não na crítica de categoria menor a qualquer aspecto da ação do Congresso Nacional, mas sim naqueles roteiros, naqueles propósitos maiores de que todos nós estamos imbuídos, quais sejam os de

abrir caminhos para a história, abrir grandes portas para o futuro de paz e justiça social. Se V. Ex.^a suscita este debate com grandeza de espírito, acima das contingências de ordem e de natureza secundária, V. Ex.^a prestará, realmente, um serviço ao pensamento político e à classe política do País.

O SR. JOSÉ SARNEY — Muito obrigado a V. Ex.^a. O aparte de V. Ex.^a, sem dúvida, Sr. Senador José Lindoso, é muito honroso para mim, entre os fundamentos da existência do Senado, da transposição da instituição nos moldes com que foi fundado nos Estados Unidos o seguinte: quando se discutia a necessidade do Senado, a Jefferson — que segurava uma xícara de chá, à velha moda de reuniões dos primeiros dias do Senado americano — perguntaram para que vai servir o Senado? Ele, derramando o chá no pires, disse: "justamente para isto, para esfriar". Vejo que V. Ex.^a foi, talvez, o homem que naquele dia esfriou o chá, porque o Senado identificou imediatamente as críticas na própria instituição, como se eu quisesse destruir o Congresso. No entanto, jamais se pode confundir a instituição que é o Congresso com críticas que se fazem à Mesa, ao funcionamento do Congresso ou a seus Líderes, porque esta é ainda a tribuna que todos nós podemos exercitar.

Agradeco, nobre Senador José Lindoso, o aparte de V. Ex.^a. Lembro mesmo, para ilustrar, que o direito de crítica é tradição no Brasil. Um dos homens mais ilustres do Império, o Conselheiro Saraiva, que foi inclusive Presidente da Província do Piauí e que mudou a Capital de Oeiras, fundando Teresina à margem do Piauí. Ele, que como Líder do Imperador, homem que conjurava crises e mais crises, tido como o maior Líder desse tempo, quando o seu nome surgiu num discurso de Rui Barbosa — respondendo a um Senador do Maranhão, Gomes de Castro —, o Sr. Escragnole Taunay, disse sobre sua liderança: — "Sua virtude foi apenas a de conter os seus liderados." Está nos Anais da Casa.

E como não falar na humildade que os Líderes devem ter ao receber críticas. O líder deve ter tendência para olhar o presente, o Líder o dever de sentir o futuro. Lembro-me de Martinho Campos, a quem Rui chama das "personalidades mais respeitáveis e veneráveis" do Império, quando Chefe de Gabinete dizia: "Eu não me julgo em condições de fazer um programa político."

Então, como hoje, num momento em que se fala em restrições à classe política, quando se faz críticas, rebatam-se tais críticas? Mas por que, então, o Senado se levanta contra um Senador? Pelo simples fato de ele estar suscitando debates com a intenção de revitalizar o próprio Senado?

Sabem V. Ex.^{as}, como ninguém, que é duro fazê-lo. Quantas vozes de conselhos de prudência tenho ouvido. Dizem-me que não é hora de se falar nestas coisas, que devemos esperar o tempo passar...

O Sr. Daniel Krieger — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOSÉ SARNEY — Eu já darei o aparte, devo concluir...

O Sr. Daniel Krieger — O Senado não se levantou contra V. Ex.^a. O Senado é uma instituição admirável que jamais se levantaria contra um ilustre representante de qualquer Estado da Federação. Alguns Senadores, naturalmente, têm seu modo pessoal de pensar. V. Ex.^a mesmo sustentou que a Democracia se exerce pela discordância e pela divergência. Muitos Senadores não concordaram com V. Ex.^a

O SR. JOSÉ SARNEY — Não disseram isto, Sr. Senador. Houve orador que disse falar em nome do Senado. Disseram que eu não podia fazer isto, que eu estava prestando um desserviço à instituição que é o Congresso.

O Sr. Daniel Krieger — Não; isto não foi dito.

O SR. JOSÉ SARNEY — Eu fico muito feliz em ouvir a interpretação de V. Ex.^a

O Sr. Daniel Krieger — V. Ex.^a tem o direito de divergir. V. Ex.^a tem todo o direito de criticar, porque, jamais, partiu de mim qualquer restrição ao direito de crítica. Eu creio que este direito é inalienável do cidadão.

O SR. JOSÉ SARNEY — Muito obrigado a V. Ex.^a. Sempre fico muito honrado com qualquer participação de V. Ex.^a

O Sr. Ruy Santos — V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ SARNEY — Pois não.

O Sr. Ruy Santos — Não queria apartear V. Ex.^a. Vim, aqui, apenas, para ouvi-lo. Mas no discurso em que procurei rebater as críticas que os jornais publicaram de parte de V. Ex.^a, na Liderança, eu reconhecia, expressamente, o direito de V. Ex.^a, como de qualquer outro de dizer o que quiser.

O SR. JOSÉ SARNEY — Muito obrigado a V. Ex.^a

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) (Fazendo soar as campainhas.)

O SR. JOSÉ SARNEY — Sr. Presidente, estou advertido.

No dia em que cheguei a Câmara pela primeira vez, o Sr. Deputado Raimundo Padilha me deu um conselho: "nunca discuta com a Mesa, quando advertido. Se V. Ex.^a puder, continue falando e agradeça à Presidência". Não vou poder fazer isto, mas concluirei meu discurso, o mais rapidamente possível.

(Retomando a leitura.)

Em dezembro de 1968, quando o Presidente Costa e Silva viu-se obrigado a editar o AI-5 e a colocar em recesso esta Casa, foi dito que faltou ao Governo o apoio político necessário para conjurar a crise. Foi preciso apoio militar para resolver uma situação eminentemente política. O Presidente se iludia a respeito da solidariedade de seu esquema político dentro do Congresso e se iludia justamente pelas informações que faziam chegar aos seus ouvidos.

Para corrigir episódios desta natureza, recorreu o regime a uma legislação partidária que transforma a fidelidade em subjugação, a adesão, que deveria ser espontânea, em compulsória, a solidariedade, que deveria ser íntima e por isso mesmo aberta, em questão fechada. Pois eu entendo que o Congresso precisa assumir a sua parcela de responsabilidade e de poder para que tenhamos condições de transformar o que é impositivo em voluntário, em colaboração responsável.

Cairemos numa situação difícil se o nosso Poder se reformar sem mudar e se convencer de que assim estará sendo útil.

É preciso observar que o Executivo, como comando político da Nação, não tem apenas interesses administrativos. Direi mais: o Executivo não está aparelhado para, sózinho, encontrar todas as soluções nacionais. Ele próprio tem confessado, pela palavra do Presidente, que a redemocratização do País depende tanto dele quanto de nós. O Congresso servirá também ao Executivo, e servirá muito mais à Nação, fazendo-se presente tanto na discussão dos problemas políticos quanto na análise da administração.

Sr. Presidente, Srs. Senadores: eu me daria por feliz se me provassem que estas observações são fruto de falsa análise; eu me sentiria infeliz, mas me daria por convencido se me provassem que o esvaziamento do Congresso resulta apenas porque o Poder Revolucionário não revogou o AI-5. Felizmente, não é assim que vejo o problema. Acho que essa não é uma decisão tão simples. Vivemos uma crise institucional a ser superada. Não posso, contudo, enganar-me, nem à opinião pública admitindo que o Congresso tem feito tudo ao seu alcance para vencer o vazio que se criou à sua volta e dentro de si mesmo. Mais do que um ataque ao Congresso — que nunca pretendi fazer — é um apelo às Lideranças que formulou no sentido de que conquistemos a nossa própria faixa de ação e de decisões. O que só pode ser conseguido pela responsabilidade, pela eficiência e pela obstinação.

Estas, Srs. Senadores, as palavras que aqui desejei proferir.

Fico, também, muito feliz por verificar que as mesmas palavras com que falei, sobre o problema do Congresso Nacional — o vazio —, com muito maior gravidade mas com elas mesmas, falou o Presidente da ARENA.

Anteontem, o Jornal do Brasil publicou uma entrevista onde diz também o seguinte:

"A ARENA não tem condições de realizar e propor este modelo e muito menos de realizar outros estudos desta envergadura, 'porque lhe faltam princípios programáticos, faltam-lhe recursos e assessoramento, uma vez que existe um vazio grande no Partido."

Não creio que o Presidente Baptista Ramos, com seu espírito público, de grandes qualidades tenha feito isto com o sentido de acabar com o Partido ou de lixívar a ARENA. S. Ex.^a exerceu um direito que tem o chefe esclarecido de mostrar o vazio político que existe e que precisa que todos reconheçam, na Nação, para revigorar o poder político, porque só assim construiremos progresso, desenvolvimento e instituições duradouras.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

COMARCECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Arnon de Mello — Heitor Dias — João Calmon — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Lenoir Vargas — Daniel Krieger.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindeberg) — Está encerrada a hora destinada ao Expediente.

Presentes 43 Srs. Senadores.

Há quorum para votação.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 173, de 1971, do Sr. Senador Ney Braga, solicitando a transcrição nos Anais do Senado do discurso do Ministro do Exército, respondendo à saudação que, em nome da Marinha e da Aeronáutica, foi feita pelo Sr. Ministro Adalberto de Barros Nunes, tendo Parecer favorável, sob n.º 391, de 1971, da Comissão Diretora.

Em votação o requerimento.

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Será feita a transcrição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindeberg)

— Item 2

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 37, de 1971 (n.º 165-C/67, na Casa de origem), que "modifica legislação anterior sobre o uso da marca a fogo no gado bovino, e dá outras providências", tendo Pareceres, sob n.ºs 379 e 380, de 1971, das Comissões de Agricultura, pela aprovação do projeto, com a emenda que oferece de n.º 1-CA; de Finanças, pela aprovação.

Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado número 143/68.

Sobre a mesa, requerimento de adiamento de discussão, que será lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO
N.º 185, de 1971

Nos termos do art. 311, alínea c, do Regimento Interno, requirei adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara n.º 37, de 1971 (n.º 165-C/67, na Casa de origem), que modifica legislação anterior sobre o uso da marca a fogo no gado bovino, e dá outras providências a fim de ser feita na Sessão de 23 do corrente.

Sala das Sessões, 16 de setembro de 1971. — Ruy Santos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindeberg) — Aprovado o requerimento, a matéria voltará à Ordem do Dia na data nela consignada, o mesmo acontecendo com o Projeto de Lei n.º 143, de 1968, constante do item 3 da pauta, com o qual tramita em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindeberg) —

Item 4

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 41, de 1971, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro e outros Srs. Senadores, que "altera textos da Lei n.º 4.319, de 16 de março de 1964, e dá outras providências", tendo Pareceres, sob n.ºs 386 e 387, de 1971, das Comissões de Constituição e Justiça, pela aprovação; e de Finanças, pela aprovação, com a emenda que oferece de n.º 1-CF.

Sobre a mesa, emenda que vai ser lida pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lida a seguinte:

EMENDA SUBSTITUTIVA

Altera a Lei n.º 4.319, de 16 de março de 1964, e dá outras providências.

Art. 1.º — O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana —

CDDPH —, criado pela Lei n.º 4.319, de 16 de março de 1964, será integrado pelos seguintes membros: o Ministro da Justiça, representante do Ministério das Relações Exteriores, representante do Conselho Federal de Cultura, representante do Ministério Público Federal, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Professor Catedrático de Direito Constitucional e Professor Catedrático de Direito Penal de uma das Faculdades Federais, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Presidente da Associação Brasileira de Educação, Líderes da Maioria e da Minoria na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Parágrafo único — Os Professores de Direito Constitucional e de Direito Penal serão eleitos pelo CDDPH, pelo prazo de dois anos, permitindo-se a recondução.

Art. 2.º — O CDDPH reunir-se-á, ordinariamente, seis vezes ao ano, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente, ou por iniciativa de dois terços de seus membros, com a indicação da matéria relevante a ser incluída na pauta de convocação.

Art. 3.º — Salvo decisão contrária, tomada pela maioria absoluta de seus membros, as sessões do CDDPH serão secretas, divulgando-se pelo órgão oficial da União e dos Estados a summa do julgamento de cada processo.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Não há necessidade de destacar a grande importância do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Essa importância, todavia, como o trabalho ali desenvolvido, requer o aumento do número dos seus membros. E é o que busca a emenda ora apresentada, com a inclusão de um professor também de Direito Penal, de um representante do Ministério Pú- blico, de um representante do Ministério das Relações Exteriores e de um representante do Conselho Federal de Cultura, este pelos compromissos de natureza internacional que o Brasil firmou.

Os dois professores de Direito terão o mandato de dois anos, permitida, porém, a sua recondução, face, naturalmente, à eficiência revelada no exercício do cargo.

O Conselho reunir-se-á seis vezes ao ano, podendo, porém, ser convocado extraordinariamente, por iniciativa de seu Presidente que continuará, nos termos da lei em vigor, a ser o Ministro da Justiça, ou de dois terços de seus membros.

Finalmente, estabelece a emenda que as sessões do Conselho serão secretas, salvo decisão contrária pela maioria dos seus membros.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1971. — Ruy Santos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lin- denberg) — Em discussão o projeto e a emenda que acaba de ser lida.

O SR. NELSON CARNEIRO — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lin- denberg) — Tem a palavra o nobre Senador Nelson Carneiro, para discutir a matéria.

O SR. NELSON CARNEIRO (Para discussão. Não foi revisto pelo orador.) — Sr. Presidente, inicialmente suscitaria uma questão de ordem: sou o autor do projeto. Perguntaria a V. Ex.^a se, embora com pareceres favoráveis, eu poderia retirar a proposição.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lin- denberg) — Informo a V. Ex.^a, nobre Senador Nelson Carneiro, que, nos termos regimentais, é possível a retirada do projeto.

O SR. NELSON CARNEIRO — Então, Sr. Presidente, como autor do projeto, peço sua retirada.

Em face da emenda oferecida, pela mão da Minoria teria sido agravada a situação quanto ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana; em vez de vigorar o que existe até agora, haveria disposições outras mais drásticas, se aprovada a emenda substitutiva do nobre Líder da Maioria, Senador Ruy Santos.

Neste sentido, Sr. Presidente, estou enviando à Mesa requerimento para a retirada da proposição, e, assim, estará concluído o curso do projeto nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lin- denberg) — A Mesa aguarda o requerimento de V. Ex.^a (Pausa.)

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO N.º 186, de 1971

Nos termos do art. 281 do Regimen- to Interno, requeiro a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado n.º 41, de 1971, de minha autoria, que "altera textos da Lei n.º 4.319, de 16 de março de 1964, e dá outras providências".

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1971. — Nelson Carneiro, Líder do MDB.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lin- denberg) — Será atendido o requerimento que acaba de ser votado, arquivando-se o projeto e a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lin- denberg) —

Item 5

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da consti-

tucionalidade, nos termos do art. 297 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado n.º 50, de 1971, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que "autoriza o Poder Executivo a vender, aos seus ocupantes, casas da Universidade Rural, situadas no km 47, com empréstimo do produto das vendas na construção de novas moradias, tendo Parecer, sob n.º 367, de 1971, da Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

Discussão do projeto, quanto à constitucionalidade.

Se nenhum dos Srs. Senadores qui- ser discuti-lo, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação o Projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovaram queiram permanecer como se encon- tram. (Pausa.)

Está rejeitado.

O Projeto irá ao Arquivo.

E o seguinte o Projeto rejei- tado:

PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 50, de 1971

Autoriza o Poder Executivo a vender, aos seus ocupantes, casas da Universidade Rural, situadas no km 47, com empréstimo do produto das vendas na construção de novas moradias.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — É o Poder Executivo au- torizado a vender, aos seus atuais ocupantes, as casas administradas pela Universidade Rural — Ministério da Agricultura — situadas no km 47 da Rodovia Rio—São Paulo.

Parágrafo único — O produto das vendas referidas neste artigo será uti- lizado, exclusivamente, na construção de novas unidades habitacionais.

Art. 2.º — Dentro de 90 dias, conta- dos da publicação desta lei, o Poder Executivo baixará os atos necessários à sua regulamentação.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lin- denberg) — Esgotada a matéria cons- tante da Ordem do Dia.

Tem a palavra o nobre Senador An- tônio Carlos.

O SR. ANTONÍO CARLOS (Lê o se- guinte discurso.) — Senhor Presiden- te, a cinco do corrente, por implemen- to de idade estabelecida em lei, deixou o serviço público o eminente jurista e grande mestre do Direito Haroldo Valadão.

As manifestações de aprêço que partiram dos mais variados setores da

vida cultural brasileira quero juntar a minha, seu ex-aluno e constante admirador.

Iniciando suas atividades como advogado militante, após concluir, com raro brilho, o curso de Direito, cedo dedicou-se ao magistério, consagrando-se professor catedrático de Direito Internacional Privado da Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro e da Pontifícia Universidade Católica da mesma cidade. Nesta última, tive o privilégio de ser seu aluno. A sabedoria e competência, Haroldo Valadão somou, sempre, um extraordinário senso do dever. Suas aulas começavam antes do horário fixado, para o fim de, através de seminários, proporcionar a seus discípulos maior soma de conhecimentos e experiência na matéria que, por longos anos, lecionou com extrema dedicação e eficiência.

A par dessa atividade que o fez professor de muitos dos que hoje tem assento nesta Casa, a começar pelo nosso eminente Presidente, Senador Petrônio Portella, em nome de quem, por delegação expressa, igualmente, falo, Haroldo Valadão honrou as inúmeras funções públicas de alta relevância que exerceu, como Consultor Jurídico do Ministério das Relações Exteriores, Consultor-Geral da República no Governo Eurico Gaspar Dutra e Procurador-Geral da República, no Governo Costa e Silva.

Devo-lhe, pessoalmente, ao lado das magistrais lições de Direito, a honra e obséquio de uma generosa amizade e de excepcional confiança, que muito me valeram quando fui chamado à função de Relator-Geral da Constituição do Brasil de 1967.

Haroldo Valadão distingue-se pela extraordinária capacidade de trabalho.

Relator-Geral da antiga Comissão Legislativa dos projetos de lei sobre Entrada e Expulsão de Estrangeiros, Naturalização e Extradicação; membro titular da Seção Brasileira do Comitê Jurídico Internacional de l'Aviation; relator do Direito Internacional Privado Aeronáutico no Projeto do Código do Ar; autor do anteprojeto oficial da Lei Geral de Aplicação das Normas Jurídicas, Reforma da Lei de Introdução do Código Civil; relator da respectiva Comissão Revisora que aprovou o referido anteprojeto; delegado do Brasil a 1.ª Reunião do Conselho Internacional de Jurisconsultos; Membro da Academia Internacional de Direito Comparado; Presidente do Comitê Nacional de Direito Comparado e senhor de uma vasta e importante obra jurídica, onde se destacam os tratados sobre Direito Internacional Privado, matéria em que é mestre com reputação internacional.

O Sr. Heitor Dias — V. Ex.^a me concede a honra de um aparte?

O SR. ANTÔNIO CARLOS — Ouço o nobre Senador Heitor Dias.

O Sr. Heitor Dias — V. Ex.^a, ao traçar a biografia e ressaltar os méritos do Professor Valadão, está praticando um ato de absoluta justiça. E esta Casa é o lugar próprio para se ouvir a palavra de V. Ex.^a no particular. Os serviços prestados pelo Professor Haroldo Valadão ao Brasil são inúmeros e grandiosos. Foi um grande mestre e grande cultor do Direito. O mestre é um dos construtores da nacionalidade e, por isso mesmo, faz jus à reverência, ao apreço e à admiração de todos os cidadãos. As palavras de V. Ex.^a vêm justas, numa homenagem desta Casa, em que se reflete a própria consciência da Nação, e valem, a um só tempo, pelo valor do grande mestre e pelos méritos inegáveis de V. Ex.^a, que se projeta, nesta Casa, como Parlamentar ilustre, pela consciência dos seus deveres e pela exação no cumprimento do seu mandato.

O SR. ANTÔNIO CARLOS — Senhor Senador Heitor Dias, o aparte de Vossa Excelência enriquece o discurso que estou pronunciando em homenagem a esse grande jurista, Haroldo Valadão, como mestre, também, do Direito Internacional Privado em nosso País. É a voz da Bahia que dá excepcional brilho às palavras que estou, modestamente, proferindo.

O Sr. Franco Montoro — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. ANTÔNIO CARLOS — Ouço o nobre Senador José Lindoso, que já havia solicitado o aparte, para depois ter a honra de ouvir o Senador Franco Montoro.

O Sr. José Lindoso — V. Ex.^a fala pela Nação, neste momento. A admiração e o respeito de todo o País pelo Professor Haroldo Valadão, proclamada no momento de sua retirada das atividades no serviço público, após gloriosa trajetória, é um ato de justiça. Na atividade privada, o seu espírito fecundo e inteligência superior o levarão, no entanto, a continuar como mestre e como publicista do Direito, servindo à cultura deste País. Associo-me com alegria no coração a essa homenagem, que se torna tão alta, pela palavra autorizada de Vossa Excelência.

O SR. ANTÔNIO CARLOS — Muito obrigado, Sr. Senador José Lindoso. V. Ex.^a antecipa o final do meu discurso quando, enaltecedo a figura do Professor Haroldo Valadão, afirma que o seu afastamento compulsório do serviço público, pela imposição da idade, não interromperá a série de serviços que aquele eminentíssimo brasileiro ainda vai continuar prestando ao nosso País.

Ouço o nobre Senador Franco Montoro.

O Sr. Franco Montoro — Em nome do Movimento Democrático Brasileiro, e no meu próprio, desejo associar-me à justa homenagem que Vossa Excelência, certamente em nome de todo o Senado e do Congresso Nacional, presta a essa grande figura de nossa vida pública. O Professor Haroldo Valadão não foi apenas um mestre do Direito nas universidades: foi um dos grandes defensores da justiça e da liberdade neste País. Este Congresso mesmo, há pouco mais de um ano, teve oportunidade de assistir a uma palestra do ilustre Professor Haroldo Valadão na Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados, e, com uma clareza, com uma coragem e independência que honram a sua cultura e a sua vida, o Prof. Valadão deu ao Congresso e à juventude que se reuniu nessa palestra, mais uma de suas grandes lições. Como disse Vossa Excelência, o fato de se afastar Haroldo Valadão do serviço público não o impede de continuar prestando assimilados serviços ao Brasil, inclusive ao Magistério privado em várias escolas que leciona, onde continuará a transmitir a várias gerações aquêles mesmos ideais de justiça, de liberdade e de cultura que marcaram sua vida, para exemplo de todos nós.

O SR. ANTÔNIO CARLOS — Muito obrigado, nobre Senador Franco Montoro. As palavras de V. Ex.^a dão especial destaque às manifestações de apreço e de respeito, que ora dirijo à figura de Haroldo Valadão.

(Retornando a leitura.)

Entre as muitas apreciações consagradoras dessa obra, quero citar aqui os conceitos daquela do Professor Szaszy, de Budapeste:

"Esta obra é uma verdadeira obra-prima do ponto de vista do método, da clareza, da completa documentação, da discussão precisa e da profundidade de todas as questões e do rigor jurídico em geral. Estou convencido que a obra tem uma importância fundamental do ponto de vista do desenvolvimento da ciência do Direito Internacional Privado. Sua importância é comparável àquela que as obras de Savigny e Mancini tiveram na Europa, as de Story nos Estados Unidos, e aquelas de Andrés Bello, de Bustamante e Augusto Teixeira de Freitas na América Latina, Central e na América do Sul."

Por tudo isso, Senhor Presidente, e pelo muito mais que as dimensões deste discurso não permitem evitar que escape, desejo, hoje, aqui, registrar a homenagem de admiração, respeito e gratidão que merece este grande brasileiro que é Haroldo Valadão, à hora em que deixa o serviço público do Brasil, sem deixar contudo de continuar a servi-lo aonde e como seja necessário. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindeberg) — Tem a palavra o Sr. Senador Nelson Carneiro, como Líder do Movimento Democrático Brasileiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (Como Líder) (*Lê o seguinte discurso.*) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, as organizações oficiais de turismo do mundo reunir-se-ão em outubro próximo, na Capital da Turquia, para assentar as medidas necessárias à absorção, como organismo das Nações Unidas, da Union Internationale des Organismes Officiels du Tourisme, UIOOT, com sede em Genebra. O momento é adequado, por isso mesmo, Sr. Presidente, para que se aflore, neste plenário, assunto de tal relevância, a que infelizmente nem sempre se tem dado, entre nós, todo o apreço que merece. Durante longos anos, o Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo pelejou, na seara do Congresso Nacional, para que se convertesse em lei a criação do IBRATUR. Afinal aprovado o projeto, foi vetado pelo Presidente Castello Branco, sob promessa, que cumpriu, de dotar o País de órgãos nacionais, encarregados de disciplinar e superintender tão importante atividade. Daí o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo, EMBRATUR, que viriam substituir o antigo Departamento de Certames, a que se devotou por tantos anos d. Lucy Bloch. Não é o momento, Sr. Presidente, de examinar o que tem realizado, menos do que certamente desejavam, esses dois órgãos, pelas dificuldades de tóda ordem que têm encontrado, desde a injustificada aversão a tudo que se refere a turismo, até à deficiência de recursos para o integral desempenho de suas tarefas. Nossa preocupação é avivar o assunto, convocar a atenção dos ilustres colegas para os estímulos que está a reclamar indústria tão próspera em outros países, sem as possibilidades de nossa terra, ainda que desprovida de vida noturna correspondente. Quase tudo, entre nós, está por fazer, nesse campo. A começar pela propaganda, que, no plano internacional, se reduz à escassa divulgação do Carnaval do Rio de Janeiro, que continua celebrado em época imprópria, quando, a cada ano, vai perdendo seu caráter de festa coletiva, para se converter num grande desfile de arte e alegria e no tumulto contagiente dos bailes à fantasia. Parece oportuno examinar-se a conveniência de não mais se festejar o Carnaval carioca — e falo apenas do carioca, que é o de fama mundial — em fevereiro ou março, sob calor inclemente e chuvas constantes, quando melhor talvez, fôra transferi-lo para um calendário que alcançaria os meses de agosto e setembro, aproveitando-se o período de férias escolares e de temperatura mais elevada nos Estados Unidos e na Europa. Nesses dois meses, teriam lugar,

além do Grande Prêmio Brasil, outros acontecimentos esportivos e sociais, que trariam à velha metrópole visitantes de todo o mundo. Tal deliberação não prejudicaria a afluência dos estrangeiros em geral sul-americanos, que procuram os hotéis cariocas nos primeiros meses do ano, nem impedia o fluxo dos turistas nacionais, que fazem do Rio de Janeiro seu ponto de referência. Era possível mesmo que voltasse a participar das festas carnavalescas as multidões que se deslocam, todos os anos, para as montanhas e as praias, fugindo mais do calor do que do estrépito de Momo. Por outro lado, poderiam florescer as festas carnavalescas em tódas as capitais e cidades brasileiras, que deveriam conservar as datas tradicionais. Turismo requer imaginação, tanto quanto estrutura. A versatilidade lusitana criou o slogan "Abril em Portugal", que lhe tem dado mais divisas do que seria de esperar. Sempre sustentei, Sr. Presidente, que se torna indispensável o entrosamento de nossas entidades oficiais de turismo com os órgãos semelhantes da América do Sul, a fim de que sejam organizados roteiros de 30, 45 e 60 dias, que permitam ao visitante estrangeiro percorrer os dez países, numa só viagem. Os altos preços das viagens aéreas, entre a Europa ou os Estados Unidos e a América do Sul, não permitem que o turista, geralmente da classe média, de economias ajuntadas penosamente para uma viagem há muito idealizada, demande apenas ao Brasil, ou à Argentina, ou ao Chile. Isso mesmo assentou o Primeiro Simpósio International de Turismo, que me coube presidir em 1965, ao ensejo do quarto centenário da fundação da cidade do Rio de Janeiro. Se disso nos convencermos, então mais fácil e menos dispendiosa será a propaganda das possibilidades do nosso e dos demais países sul-americanos nos grandes centros europeus e norte-americanos. A instabilidade política conspira, é certo, contra esse intercâmbio. A imagem desfavorável de alguns países agrava essas dificuldades. Nossa deficiente infra-estrutura complica ainda mais as soluções. Há, entretanto, que tentar. Revisitando a Ásia, atingida pelo horror da guerra, o Embaixador Roberto Campos depunha, recentemente: — "Uma constante do Sudeste da Ásia é a ênfase dada ao turismo. Qualquer das grandes cidades — Hong Kong, Cingapura e mesmo Bangkok, cidade menor e mais pobre que Rio e São Paulo — ostentam hotéis de primeira ordem, com largueza de concepção e luxo de construção vastamente superiores a qualquer coisa encontrada no Brasil, e com uso mais abundante e eficiente de ar-condicionado, como o demonstram os táxis de Cingapura. A extraordinária engenhosidade que nosso Governo vem demonstrando nos incentivos às exportações físicas não se estendeu ainda à exportação da

paisagem ou "à indústria sem chaminés", como dizem os mexicanos. É inegável o esforço de nossa indústria hoteleira, para atender à demanda de novos hóspedes. Ainda este ano, a Guanabara contará com mais 700 apartamentos nos hotéis, e esse número subirá, no triênio, a 3 mil. Já em dezembro, esse insuperável José Tjurs espera inaugurar o seu monumental Hotel Nacional Rio, o primeiro de 5 estrelas em nosso País. O receio do Sr. Milton de Carvalho, Presidente do Sindicato de Hotéis e Similares, é que, à falta de programação conveniente, esses alojamentos fiquem vazios. Informa aquele líder sindical que, em 1970, entraram no Brasil menos de 200 mil turistas, quando em 1969 aqui chegaram 251.159, dos quais 153.864 para a Guanabara. A instabilidade do cruzeiro causa aos agentes estrangeiros inevitáveis dificuldades, com os novos preços da hospedagem. Recordo-me que, certa feita, em Sevilha, procurei reservar, para casal amigo, um apartamento durante a Semana Santa do ano seguinte. Embora estivesse há mais de oito meses daquelas celebrações, não havia quarto, dos hotéis de luxo aos de terceira categoria, que não estivesse comprometido com agências de turismo, mediante preços que não variariam. Hoje, não são apenas México, Espanha, Portugal, França e Itália que se lançam à coleta de turistas estrangeiros. A IATA, sempre tão rigorosa com a América do Sul, facilita, a preços mínimos, as viagens entre a América do Norte e a Europa, e vice-versa. Os países socialistas abriram suas portas, para acolher visitantes de todo mundo. A exaltação de suas belezas naturais, de suas praias pintadas de sol, de suas festas típicas, corre parelhas com os cartazes que a todos convidam para uns dias de encantamento na Escandinávia. Ao lado da Ásia, marcada pelo exotismo, cresce a propaganda dos mistérios e lendas da África. Nossas representações diplomáticas devem ajudar, mas não têm meios de responsabilizar-se pela divulgação de nossas possibilidades. O caminho terá de ser outro, o traçado pela Resolução XII do IX Congresso Interamericano de Turismo, realizado em Bogotá, há seis anos: "1) Destacar a importância que para a planificação e programação turísticas tem a adequada investigação do fenômeno turístico à luz das mais recentes e avançadas teorias sobre a matéria. 2) Reconhecer que, devido à similitude de circunstâncias em que se está trabalhando neste campo de investigação na grande maioria dos Estados-membros, resultaria de grande utilidade se se unificassem, dentro do possível, os sistemas e objetos de estudo para lograr um maior benefício comum". A resolução conclui aconselhando celebração periódica de se-

minários especializados, com a participação da UIOOT, da Confederação de Organizações Turísticas de la América Latina (COTAL) e da South American Travel Organization (SATO). Cumpre ao Brasil, o País mais interessado e mais beneficiado na expansão turística no continente sul-americano, promover entendimentos com os órgãos especializados das demais nações, para que se realize, em profundidade, esse esforço comum, e que terá de começar impondo à IATA tarifas mais módicas de excursão. Mas, ao lado desse trabalho em favor do turismo externo, que resultará motifno se restrito a nosso País, vale acentuar, com satisfação, que, em grande parte estimulado a princípio pela Associação Interparlamentar de Turismo, hoje sob a esclarecida presidência do Senador Orlando Zancaner, o Brasil desperta para o turismo interno, aproveitando o aumento e a melhoria de nossas rodovias. Infelizmente, como acentuava no Conselho de Turismo da Confederação Nacional de Comércio, o economista João Paulo de Almeida Magalhães, "os dados sobre turismo interno são praticamente inexistentes no Brasil". A verdade é que, se ainda não se formou, está em fase de estruturação a indispensável consciência turística, como atestam as Secretarias de Turismo que se vão espalhando pelos diversos Estados. Alguns, como a Bahia, já vêm colhendo os frutos dos trabalhos realizados, e de que foi pioneiro, ali, o dedicado Professor Vasconcelos Maia. Antes de assumir o governo, o Sr. Antônio Carlos Magalhães visitou Espanha e Portugal, com o declarado propósito de incrementar o turismo receptivo na velha província. Dados oficiais, divulgados pela EMBRATUR, relativos ao ano de 1970, afirmam que das 27 unidades da federação, foram pesquisadas 23, encontrando-se 15 com verbas específicas e 8 sem rubrica para as atividades do setor. Dentre os 3.927 Municípios brasileiros foram selecionados 187, por sua importância econômica e turística, e pesquisados 143, dos quais 78, com dotação. O quadro que ilustra estas considerações é altamente expressivo. No ano passado, as dotações orçamentárias para o turismo foram de Cr\$ 87.582.100,00, figurando Cr\$... 72.457.300,00 nos pressupostos estaduais e Cr\$ 15.124.800,00 nos municipais. Enquanto a região da SUDAM destinava um total de Cr\$ 1.079.900,00, soma dos Cr\$ 600.000,00 do Estado do Amazonas, e de Cr\$... 479.900,00 do orçamento municipal, possivelmente de Belém, no Pará, a região da SUDENE aparecia com Cr\$ 14.714.800,00. Surpreendentemente, era a Paraíba que destinava parcela maior ao turismo, Cr\$ 7.027.000,00. Vem em seguida a Bahia com Cr\$ 5.377.200,00 e Pernambuco com Cr\$ 1.388.800,00. Na Região Cen-

tro-Sul, da soma de Cr\$ 71.787.400,00, São Paulo contribui com Cr\$ 41.412.100,00, Gauanabara com Cr\$.. 18.965.200,00, Rio Grande do Sul com Cr\$ 3.551.300,00 e Brasília com Cr\$.. 3.026.800,00. Nenhuma dotação, seja nos estaduais, seja nos municipais, figuram nos orçamentos do Acre, Roraima, Amapá, Rondônia, Mato Grosso, Piauí, Rio Grande do Norte e Fernando Noronha. A verba de Cr\$ 1.231.200,00, referente ao Estado do Rio de Janeiro, é tóda municipal. Recentemente, o Ministro Costa Cavalcanti revelava que o projeto "Perspectivas de Desenvolvimento do Nordeste" previa a visita de 200 mil turistas a três cidades nordestinas, devendo gerar receita da ordem de Cr\$.. 330.000,00, dos quais 30% adviriam do item acomodação. Anunciava o titular da pasta do Interior a construção de mais 3 mil quartos de hotel no Nordeste, que criariam mais 3.000 empregos, "que representarão, em consequência, 9 mil oportunidades de trabalho". Em declarações recentemente prestadas ao Jornal de Turismo, o Sr. Carlos Alberto de Andrade Pinto, presidente da EMBRATUR, reconhecia ser necessária uma adequação, que já estaria sendo processada, às "novas realidades da administração pública e privada". E reconhecia que também é certo que o problema turístico brasileiro, como aí está posto, por sinal, inadequadamente, não será solucionado pela EMBRATUR e pelo Conselho, mas pela soma de esforços entre os governos federal e estaduais e iniciativa privada, com investimentos maciços no setor, enfim com um aporte econômico e financeiro voltado para o crescimento econômico brasileiro". Alguma coisa, porém ainda muito pouco, Sr. Presidente, temos realizado no setor do turismo, diante do muito que resta a fazer. Seria injustificável se não recordasse, neste momento, o trabalho de pioneirismo do Touring Club do Brasil, hoje presidido pelo General Berilo Neves, com a eficiente colaboração desse experimentado Edgar Chagas Dória, ou não sublinhasse o trabalho pertinaz do Conselho de Turismo da Confederação Nacional de Comércio, que tem a presidi-lo a inexcavável dedicação de Corinto de Arurada Falcão. Hoteleiros, transportadores, agentes de viagem, jornalistas especializados, todos estão cônscios da importância do turismo, seja o externo, seja o interno, como fator decisivo de nossa emancipação econômica.

A grande resistência que o turismo brasileiro encontrou, em toda sua História, partiu exatamente dos governantes, que não criaram aquela consciência turística, que o povo mais facilmente cultiva. Lembro-me que, não faz muito tempo, um Ministro de Indústria e Comércio alarmava o presidente e o Secretário-Geral da UIOOT

com a informação de que o Brasil sómente se preocuparia com o turismo, depois que concluisse o combate à inflação. Era o contrário do que ocorreria em todo o mundo, quando os países em desequilíbrio orçamentário, encontravam na indústria do turismo os recursos para a recuperação de suas finanças, com o fortalecimento de suas economias. O próximo ano será o do sesquicentenário de nossa Independência. Em 1960, o México aproveitou acontecimento igual para recriar visitantes em todas as partes do mundo. Ainda não percebi nenhum sinal de que o mesmo se projeta em nosso País. Em turismo, planejamento e programação devem ser feitos com grande antecedência, e estamos apenas a um ano das comemorações. Não cabe a nós, do Congresso, qualquer iniciativa nesse sentido, a não ser que, à falta de providência governamental, a essa empresa se lance, corajosamente a heróicamente a Associação Interparlamentar de Turismo, no montante de suas modestíssimas, para não dizer insignificantes disponibilidades financeiras. Aqui fica a nossa indagação, na esperança de que o Brasil não perca essa magnifica oportunidade para incentivar seu turismo interno e externo. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindeberg) — Tem a palavra o nobre Senador Heitor Dias.

O SR. HEITOR DIAS (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, ocupo esta tribuna para fazer apelo ao eminente Ministro Mário Andreazza, no sentido de voltar as suas vistas para a cidade de Santo Amaro, no Estado da Bahia, cidade que tem o seu lugar na história do meu Estado. Ela é atravessada por um rio que não chega a molhar o mapa do Brasil e que, por isso mesmo, não é conhecido o bastante para se ter uma noção exata dos prejuízos que ele traz no período das grandes enchentes.

Este apelo já formulei mais de uma vez, e o fiz pessoalmente, no sentido de que seja restaurado e ampliado o cais da cidade, uma vez que grande parte da população ribeirinha se sente ameaçada, constantemente, com os desmoronamentos que se vêm acen-tuando.

O Sr. Ministro Mário Andreazza que é, sem favor, um homem dinâmico que tem chamado a si a execução de obras de grande porte que vão marcar, não apenas a sua administração mas também assinalar o próprio Governo revolucionário, não terá dificuldade em favor com que se concretizem esses serviços, que se impõem para garantia e salvaguarda de uma grande parte da população santo-amarensense.

É este, Sr. Presidente, o registro que aqui faço, ainda uma vez, confiado na ação do ilustre Ministro Mário Andreazza. S. Ex.^a em atendendo a solicitação que ora formulo não es-

tará fazendo um favor, mas atendendo a uma necessidade que não é apenas a de preservar um pedaço de gleba senão o de salvaguardar vidas preciosas que interessam à construção do progresso do Brasil.

O Sr. Arnon de Mello — Senador Heitor Dias, estava ouvindo o apelo que V. Ex.^a fazia ao Ministro Mário Andreazza, em favor do Município de Feira de Santana.

O SR. HEITOR DIAS — Município de Santo Amaro.

O Sr. Arnon de Mello — Município de Santo Amaro, no Estado de V. Ex.^a, que conheço porque lá residiu, por muito tempo, um contraparente meu. Não tenho dúvida de que S. Ex.^a o Ministro Mário Andreazza, muito sensível a todos os apelos que lhe são feitos, procurará atender a V. Ex.^a, não sómente porque é justo, como também pela autoridade de V. Ex.^a. Esteja certo de que este apelo de V. Ex.^a não se circunscreve à representação baiana, porque a de Alagoas se junta à bancada baiana no apelo ao Sr. Ministro dos Transportes.

O SR. HEITOR DIAS — Agradeço o aparte de V. Ex.^a, sobremodo honroso pelos méritos e pelas qualidades de V. Ex.^a, quer como Senador, quer como ex-Governador, e ainda porque muito me agrada saber V. Ex.^a condecorado daquela cidade que é, também, um dos municípios da lavoura canavieira, na Bahia, e que teve sua grande projeção no Brasil do Império. De lá saíram grandes vultos que serviram, com dignidade e com eficiência, a nossa Pátria.

O Sr. Ruy Santos — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. HEITOR DIAS — Com muito prazer.

O Sr. Ruy Santos — V. Ex.^a faz bem em dirigir este apelo, porque Santo Amaro, pelo seu valor histórico, precisa ser tratado com o direito que tem, por este valor. De modo que é preciso evitar as danificações normais que sofre em consequência do pequeno rio, quase regato, que passa por lá, e com o refluxo da maré. Tudo isso vem causando prejuízo a essa grande riqueza que representa para a História nossa a admirável terra de Santo Amaro, de onde V. Ex.^a é filho, e eu pediria permissão para me considerar, embora enjeteado, filho também.

O SR. HEITOR DIAS — Muito obrigado ao nobre companheiro, prezado amigo Senador Ruy Santos, cujas palavras fortalecem o meu apelo, não só pela sua condição de baiano mas também pela sua qualidade de um dos líderes ilustres desta Casa.

Não tenho dúvida de que, com essa afluência de solidariedade, Santo Amaro desta vez se beneficiará. A obra se impõe. Uma das partes já atingidas está a ameaçar um velho

convento, o Convento dos Humildes, relíquia histórica do nosso Estado e, diretamente, da nossa cidade. Fica o meu apelo ao Ministro Mário Andreazza.

S. Ex.^a já foi a tantos recantos loninoscos deste País, não faltará, portanto, com a sua presença, àquela terra tão próxima que é Santo Amaro da Purificação.

Concedo o aparte ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O Sr. Nelson Carneiro — Queria juntar ao apelo que V. Ex.^a dirige o de toda a Bancada do Movimento Democrático Brasileiro, tanto o Brasil se debruça sobre os problemas da terra baiana e também sobre, especialmente, os problemas de Santo Amaro da Purificação. Sei que V. Ex.^a como filho daquela terra, filho daquela região, está aqui patrocinando as melhores causas, defendendo os melhores interesses. Tem V. Ex.^a, em nome do meu Partido, a minha solidariedade.

O SR. HEITOR DIAS — Agradeço o aparte de V. Ex.^a

Insisto em fazer uma fotografia, ainda que rápida, de Santo Amaro da Purificação, a quantos não conhecem essa cidade. Como disse, é uma cidade histórica, é uma cidade que está no mapa do Brasil. É uma cidade que teve participação direta e eficiente nas lutas da Independência. O grito da independência do Brasil partiu de Santo Amaro da Purificação, aliado à velha Cidade de Cachoeira. Todos os anos, a cidade comemora essa data.

O que peço não é, como disse, um favor. Não é para uma obra nova, sequer. É a restauração de obra que outros governos já fizeram, porque viram, com o tempo, a necessidade dos serviços. As encheres foram demolido, destruindo esse cais e as populações ribeirinhas estão ameaçadas. Ao lado disso, há edificações de alto porte, como é o caso do velho Convento dos Humildes, em cujo interior há muitas relíquias que precisam ser preservadas.

Sr. Presidente, aqui fica meu apelo ao ilustre Ministro Mário Andreazza, certo de que S. Ex.^a não faltará com a presença, com a ação de seu Ministério. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindeberg) — Com a palavra o nobre Senador Franco Montoro.

O SR. FRANCO MONTORO (Não foi revisto pelo orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, acabo de receber da Câmara Municipal de Taubaté, fundamentada representação, acompanhada de documentos relativos ao dramático problema do câncer e sua cura.

Nessa cidade paulista, há cerca de 45 anos, o Professor José Luis Cembrañelli, médico, cientista e homem de profunda solidariedade cristã, sem

outro auxílio senão de seus conhecimentos especializados e de seu acentrado patriotismo, vem realizando pesquisas e curas, com repercussão em vários centros científicos do exterior. Para tanto, emprega suas energias e gasta seus recursos numa tarefa diuturna de pesquisas no setor da Cancrologia.

Informa a representação que essa obra científica, humanitária e patriótica está sendo dificultada por quem deveria ampará-la de melhor forma.

Tem sido, inclusive, recusado por órgãos competentes o fornecimento, a esse pesquisador e cientista, de material de tecidos cancerosos retirado pelas operações, bem como o sangue do portador do câncer, para estudos e pesquisas destinados à determinação de cada tipo.

Dada a importância nacional e humana do problema do câncer, solicitamos à Comissão de Saúde do Senado, órgão técnico desta Casa, que examine a documentação que nos foi apresentada, e encaminhe aos órgãos competentes, especialmente ao Serviço Nacional do Câncer, para as providências devidas, as conclusões a que chegar, a respeito dessa experiência que está impressionando o Estado de São Paulo. Parece-nos necessário criar condições para que a este cientista sejam fornecidos os materiais imprescindíveis ao prosseguimento dos seus estudos.

Em nome do interesse nacional que o problema apresenta, dirigimos à Comissão de Saúde do Senado nosso apelo para que, com sua reconhecida competência, examine essa matéria e tome as providências exigidas pelo interesse público.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FRANCO MONTORO EM SEU DISCURSO

Conferência pronunciada no dia 15 de abril de 1971, na Associação Paulista de Medicina, Seção de Taubaté.

Excelentíssimos Senhores Senadores representantes da Comissão de Saúde do Senado Federal.

Excelentíssimos Senhores Membros da Excelsa Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados.

Excelentíssimos Senhores da Douta Comissão de Saúde e Assistência Social da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

Ilustres estudantes e membros do Centro Acadêmico Professor Dr. Benedito Montenegro, de nossa Faculdade.

Senhores Médicos.

Antes de iniciar os considerandos sobre os conceitos acerca da terapêutica cancerológica, externo meus

agradecimentos aos prezados confrades, aos ilustres acadêmicos de medicina e às digníssimas autoridades médicas representativas, que me honram com suas presenças nesta palestra.

Os estudos sobre o terreno da cancerologia ainda constituem uma incógnita que vem desafiando a ciência médica, pois que, tudo ainda gira em torno de hipóteses.

Pelo alto índice de mortalidade, que progressivamente vem aumentando anualmente, independente do aumento vegetativo das populações, de vez que, hoje, cada fração de segundo parece no mundo, uma pessoa vitimada por este flagelo da humanidade.

Eis as razões por que exercendo há cerca de meio século várias especialidades da medicina, ingresssei no terreno árduo, difícil e oneroso da cancerologia experimental. Sem este método nenhuma ciência progride, e sem o progresso científico nenhuma reação poderia nivelar-se às altas conquistas técnicas das mais adiantadas Nações do Mundo.

Todo aquélle que procura contribuir com uma pequena parcela de seus estudos encontra óbices, às vezes intransponíveis, ao prosseguimento de seus trabalhos.

Tudo envolve no mundo, "até a própria física, considerada entre as ciências exatas, a mais ciência das ciências, sofreu nos últimos tempos profundas modificações no que tange a concepção da matéria; o materialismo científico vem nos dizer, afirma Luiz Broglie, que a física atual desmaterializou a matéria, tirando-lhe seu aspecto substancial, reduzindo-a a uma simples forma de energia". Se com as conquistas dos átomos são derrogados os axiomas das ciências consideradas exatas, o que poderemos afirmar do *morbus cancerigenos* se todas as concepções desde os tempos imemoriais até o presente se assentam em hipótese? Não obstante as altas conquistas da moderna medicina e seu formidável arsenal terapêutico, o câncer continua a desafiar a ciência médica!

Sopesei todas as dificuldades da empreitada, as humilhações e inverdadeiras soezas que deveria encontrar nesta caminhada. Prossegui nestes estudos com o objetivo de legar aos posteriores um centro de pesquisas e o prosseguimento dos estudos baseados na concepção filosófica dos princípios que dizem respeito à etiopatogenia e à terapêutica da cancerose.

Em nossas convicções julgamos que as enzimas patogénicas específicas constituem a causa das mutações das células normais em cancerígenas, induzidas por vetores ou causas várias, quer de ordem física, química, quer biológica. Quanto à terapêutica, jul-

gamos que sómente na imunoterapia é que se poderá encontrar os meios da cura desta enfermidade.

Dado o número de casos regredidos por este método e muitos outros cujos exames não os posso, também considerados curados, constituem uma prova insofismável do valor desta terapêutica, cujos estudos merecem ser continuados por outras ou várias gerações, tal a complexidade do mecanismo etiopatogênico e terapêutico desta enfermidade.

Para se compreender algo de uma célula cancerosa é necessário compreender melhor o mecanismo da gênese de um indivíduo e o da célula, como unidade histofisiológica dos séries pluricelulares. Não pretendo dissertar sobre tão magro assunto, tão do conhecimento da ilustrada classe médica, mas, apenas recordar aos jovens acadêmicos o fator da divisão celular e os da citopose no crescimento de um indivíduo. Há quatro décadas, Paul Carnot já indagava, em suas magistras lições pregadas na Sorbonne, quais as razões pela qual no crescimento dos indivíduos, após a fecundação do óvulo pelo espermatozóide, se desencadeia extraordinária multiplicação celular que vai diminuindo progressivamente até a idade adulta, quando permanece apenas na renovação das células. Por que, indaga, após a rutura do aparelho cito-regulador dos processos humorais, verdadeiras culturas exuberantes de células se destacam formando tumores monstruosos, neformações celulares, a desenvolvimento ilimitado, de estrutura aberrante, produto monstruoso construído com idêntico material protoplástico do organismo que o gerou, ao mesmo intimamente ligado? Este tumor, dotado de extraordinária atividade reprodutiva, exerce verdadeira concorrência vital com o organismo do qual provém, vivendo neste a maneira de parásita."

Pergunto a vós outros, quais são os excitantes das proliferações celulares? São os mesmos que Carnot, há quase meio século pregou na Sorbonne, os de ordem física, química e biológica.

São demonstrativos os efeitos excitantes dos extratos embrionários nos seguintes estudos experimentais, cujos slides irei vos apresentar, na regeneração de úlcera gástrica, no crescimento dos embriões de rã e na úlcera experimental do estômago (vide figura n.º 1 e vide figura n.º 2), que diz respeito à ação terapêutica na mitose da célula. (Slides.)

Os tumores malignos chamaram a atenção dos médicos desde tempos imemoriais, devido às características especiais desse fenômeno patológico. Na segunda metade do século passado, o aperfeiçoamento do microscópio permitiu um desenvolvimento espe-

tacular da anatomia patológica que teve como expoente o grande Wirsching.

Foi pois a partir das observações histológicas detalhadas que os tumores malignos começaram a ser perfeitamente diferenciados, ao mesmo tempo que se delineava uma espécie de ligação comum na etiopatogenia. Com o correr dos anos, através de exames clínicos e anatopatológicos cada vez mais aperfeiçoados, o diagnóstico dos cancerosos foi sendo paulatinamente mais aprimorado. O *omorhus cancerigeno* foi aos poucos sendo reconhecido como um dos grandes fatores de mortalidade no homem.

O desenvolvimento da assim chamada "civilização" trouxe no seu bôjo vários elementos que contribuiram e contribuem para dirimir as defesas orgânicas dos indivíduos, ao mesmo tempo que provocam a degeneração do organismo.

Estudos exaustivos feitos até o momento não conseguiram revelar nenhum vírus, seja de tumores, seja de leucemia humanos. (Slides.)

Quando se procurava sedimentar as conclusões a que chegaram milhares de cientistas em todo o mundo, no sentido de que os tumores malignos poderiam ser provocados por vírus, em 1969, Morton e Eilbert, do Instituto de Cancerologia e Imunogenética, em Villejuif, na França, confirmaram essa hipótese, isolando o vírus do sarcoma humano.

Nessa altura, em consequência de nossos próprios trabalhos e investigações, acreditavamos que o agente causal fosse um fator enzimático de caráter viral.

Analisamos os trabalhos daqueles autores e, após 15 meses, permanecemos com a nossa hipótese, que nos parece responder melhor aos fatos. A nossa filosofia, ao enfrentar o combate a encogenese, levou-nos a procurar não só atalhar a evolução da enfermidade, mas procurar destruir o agente causal.

Trabalhando praticamente só, sem qualquer apoio de entidades oficiais ou particulares, fomos enfrentando os problemas e dificuldades que se nos antojavam, utilizando métodos de preparação e dosagem pouco mais que primitivos, porém, que nos permitiram obter um produto que pode ser experimentado em vários pacientes, por volta de 1958, com resultados positivos.

Os elementos terapêuticos de que dispúnhamos na ocasião e que eram preparados sob nossa supervisão direta, eram a pubamicina e a vacina encolítica.

A primeira é infuso de um fungo que evolui na mandioca brava (mandioca utilissima) e que pertence a

classe higomiectes, ordem mucorales e família ancoraceas. Ainda não foi completada sua identificação genérica e específica, que está a cargo do Instituto de Botânica da Universidade de São Paulo.

Entre várias dezenas de bactérias experimentados, este demonstrou uma série de qualidades positivas que nos levaram a adotá-lo. Verificamos imediatamente que a pubamicina exibia uma ação inibidora muito rápida em moléstias de origem virais e provocava um retardamento e mesmo a inibição dos processos mitóticos nas neoplasias malignas.

Em uso externo, per os ou injetadas, a Pubamicina demonstrou ser altamente eficiente nas úlceras varicosas e nas gastrointestinais, facilitando a nutrição e recuperação dos tecidos mortificados.

É de alto poder nas infecções víricas e na epatite específica.

Este antibiótico melhora a fórmula sanguínea, agindo portanto diversamente dos antibióticos comuns.

Devido às suas características, a Pubamicina é adicionada à vacina carcinolítica e ao antivírus.

É empregada em solução aquosa e a determinação da sua estrutura química e enzimática está sendo realizada em Londres "Welcome Foundation" em Nova Califórnia — U.S.A.

Várias amostras do produto foram distribuídas a novas entidades médicas europeias, para fins de experimentação (mostrar documentação).

A vacina carcinolítica é obtida pelo liso de tecidos neoplásicos malignos, mesclados com tecido hepático normal proveniente de um animal adequado, tecido e sangue de indivíduo canceroso.

Esse material sofre um processo líptico, a princípio aeróbico e posteriormente anaeróbico. Neste último caso há uma verdadeira fermentação biológica do material orgânico.

A vida, essencialmente, é mantida por uma série de processos fermentativos acionados por cerca de 100.000 enzimas, cada qual com sua ação específica.

Creio que a alteração estrutural de uma ou mais dessas enzimas ou ainda a introdução de uma enzima modificada, provinda de fonte externa, pode desflagrar um processo patogênico irreversível, que será a manifestação neoplásica.

Assim, aquela fermentação que deixamos evoluir de 18 meses para mais, parece libertar uma quantidade enorme de enzimas normais, com a propriedade de neutralizar as enzimas modificadas de que falamos no parágrafo anterior.

Julgo haver encontrado o agente do câncer, a enzima patogênica, a enzima de caráter viral.

Se os Senhores me interrogarem se a isolei ou como a encontrei, tenho a dizer, somente, por enquanto, que se encontra no sangue da pessoa cancerosa, mas, está dependendo de uma confirmação verdadeira, de vez que, não posso material técnico suficiente. No entanto, solicitei de pesquisadores renomados, de importantes laboratórios, que confirmem, se o que julgo haver encontrado no sangue de portador de câncer é realmente enzima cancerígena.

Se forem confirmados meus estudos ou não, voltarei a esta Associação. Em meu entender, não somente pelas nossas experiências realizadas, como pelos conceitos que nesta palestra irei emitir, o agente da cancerose é a enzima.

Segundo nossas observações, quanto mais tempo perdurar a lise, mais eficientes serão as enzimas anticarcinólicas obtidas.

Como a vacina é elaborada partindo do material que produziu a enfermidade ela obedece o princípio de *Similia similibus curantur*, que é o fundamento da escola homeopática, assim como da preparação de séres e vacinas e queremos ressaltar aqui, sem falsa modéstia, que a nossa vacina carcinolítica ainda é uma das que apresenta melhores resultados no tratamento das neoplasias malignas, o que nos leva a crer que estamos no caminho certo.

A vacina é empregada por via subcutânea e per os simultaneamente e nunca provocou fenômenos alérgicos.

O óleo de medula é retirado da medula óssea de vitelo, órgão hematopoietico que faz parte do retículo endotelial.

Segundo Nakahra, o óleo exibe uma ação no processo de defesa contra o câncer de estímulo ao tecido conjuntivo, de modo a constituir uma barreira a invasão tentacular daquele.

Ele possui uma grande quantidade de princípios energéticos que contribuem na revitalização energética e na melhoria do estudo geral do paciente, especialmente nas osteo-artroses e no reumatismo deformante.

A vista dessas propriedades, o óleo da medula é utilizado por nós como coadjuvante poderoso da ação da vacina e da pubamicina.

As nossas observações demonstram que, segundo os casos, há pacientes que reagem bem, outros regularmente e outros ainda não reagem ao soro carcinolítico.

Concluimos daí ser possível que, do mesmo modo que as vacinas antiaftosas ou antigripais, só são eficientes

quando agem sobre o tipo viral correspondente.

Existem subtipos da enzima carcinogena na mesma modalidade tumoral, o que explicaria as reações variadas ao soro.

Em consequência, na preparação do soro procuramos manter uma linha de especificidade a partir de vários tipos de câncer, a fim de que o produto final tenha eficiência polivalente.

Conforme Botelho, em 1910, Chefe do Laboratório do Prof. Hartmann, de Paris, já havia constatado que é preciso extrair as soroglobulinas, porque elas excitam as células cancerosas.

E por isso que em nosso soro, reduzimos as globulinas a um nível máximo de 2,5% entre soro-albuminas e globulina, para diminuir a ação nociva dessas substâncias.

O soro é aplicado, intradérmicamente nas primeiras doses e posteriormente por via subcutânea ou intramuscular, iniciando-se com 0,1 cc aumentando progressivamente até 1/2 cc diariamente ou em dias alternados.

Senhores Médicos:

Antes de entrarmos nos conceitos objetivos desta minha conferência, é mister conceituar previamente aos senhores Médicos e Estudantes de Medicina, que minhas experiências realizadas, têm a finalidade de comprovar vários casos cancerígenos, em que já obtivemos êxito.

Outrossim, fica desde já patente que ainda não se trata de uma descoberta de origem ou da única causa específica do câncer.

FATORES DA CANCEROSE

Inúmeros são os fatores que desencadeiam o câncer! Um fator básico, eficiente, hereditário, que é o terreno e fatores pré-disponentes que são de ordem física, química e biológica.

Loeb fez uma brilhante síntese das causas do câncer: (Slides) $H + E = C$ — isto é, herança mais estímulo é igual a câncer. Fig. n.º 3.

Entre as causas físicas temos as traumáticas, a calórica, a irritativa de Wischow, os raios ultra-violetas e os ionizantes.

Entre as produzidas pelo calor temos o câncer de (Slides) Kangre (vide fig. n.º 3 e 4). Em meu entender julgo ser benzopireno e não o calor, a causa.

CAUSAS TRAUMÁTICAS

Apresento-vos, o registro de uma cliente, como exemplo, C.C.E. residente em Astorga — Paraná, que recebeu uma pancada no seio, com o cabo do arado e nesse local surgiu enorme e duro tumor canceroso, cujo exame

histo patológico realizado no Laboratório de Patologia e Citologia Norte do Paraná, deu o seguinte resultado: "Carcinoma dos dutes mamários do seio direito, forma infiltrativa." — Maringá.

Existem casos de cancerosos na ascendência paterna. Este caso, como inúmeros outros observados em nossa clínica, nos ilustra que o câncer desta senhora, proveniente de um simples traumatismo sobreveio em um terreno favorável havido por herança paterna. A pancada foi um fator predisponente.

Este caso estêve para ser operado no A.C. Camargo, na véspera da operação veio a Taubaté. Após cerca de seis meses de uso da vacina carcinolítica o tumor se liquefez e a paciente reassumi suas lides.

RADIAÇÕES IONISANTES

As radiações ionisantes constituem um dos capítulos mais importantes das conquistas científicas. As aplicações das irradiações de urânio, rádium, raios X, rádio-isótopos constituem meios de tratamento em várias enfermidades e de investigações destas.

Em face destas conquistas humanitárias, outras foram aplicadas com fins desumanos. As tragédias de Nagasaki e Hiroshima estão vivas na memória de todos pela hecatombe, como uma das maiores que a história da humanidade registrou. Sómente nesta última pereceram 80.000 pessoas, 240.000 feridos e 75.000 prédios destruídos. São raios mortais. O próprio piloto do "Enola Gay", que atirou a bomba atômica sobre esta cidade veio a falecer de leucemia no Hospital de Osborne; Me. Curie, sua filha e seu marido contraíram o câncer; muitos radiologistas também faleceram de doenças malignas.

Vou, Srs. Médicos, passar Slides sobre a hecatombe de Hiroshima.

A ação deletéria das irradiações se faz sentir na descendência, transmitindo as lesões das células que receberam cargas de fluxos radioativos, as células filhas.

Existem inúmeros feridos, portadores de neoplasias malignas contraídas no bombardeio destas cidades e bem assim de aleijões nascidos de mães que receberam cargas radioativas.

A explosão da bomba de hidrogênio no Atol de Bikini, os tripulante do Barco "Fuku Maru" ficaram queimados e outros pereceram de leucemia.

"Os radioelementos produzem mutações celulares por dois processos: o direto e o indireto. O primeiro pela radionecrose, com destruição parcial ou total dos gêns e o segundo pela subtração de um elétron de hidrogênio da água, produz 3 poderosos agentes oxidantes: H_2O_2 , O e radicais livres

OH. Estes agentes tanto alteram os enlaces químicos das células como inativam as enzimas."

O oxigênio molecular que é um elemento necessário aos processos oxidativos no metabolismo orgânico, é lesivo às células e quando atómico produz mutações celulares cancerígenas.

FATORES QUÍMICOS

Entre os principais fatores químicos, podemos citar o alcatrão e os inseticidas e herbicidas.

O alcatrão é elemento sobejamente conhecido desde as experiências de Yamgiva e Itchikawa, em 1915. Duas são as fases produzidas pela irritação do alcatrão: 1.º — desenvolvimento tumultuário das células. 2.º — atipias celulares.

O alcatrão do fumo é um dos fatores principais no desencadeamento do câncer como fator predisponente.

"As estatísticas demonstram que 60.000 norte-americanos são atingidos anualmente de câncer pulmonar e 80% entre os fumantes sendo que 75% morrem em um ano e 25% dentro de cinco anos.

No Brasil triplicou a produção do fumo, que era de 175 milhões de toneladas em 1962. Se colocarmos um cigarro atrás do outro, dará três voltas ao redor do mundo. É uma catástrofe nacional! Além do alcatrão, elemento cancerígeno, na combustão do cigarro, o carbono radioativo, constituindo-se mais um fator cancerígeno.

Os inseticidas modernos, constituídos principalmente de clorados e fosforados, são considerados cancerígenos. Melhor seria denominá-los de homicidas que inseticidas.

CAUSAS BIOLÓGICAS

Entre os fatores biológicos como fatores da cancerose são considerados os vírus, insetos e parasitas.

É um grande capítulo e também o mais controvérsio. O fato é que até hoje ninguém conseguiu demonstrar, com provas sucessivas, ser um destes elementos fatores específicos da cancerose.

Vou sintetizar várias causas da cancerização e vários conceitos sobre a etiopatogenia desta enfermidade.

Várias outras causas podem produzir o câncer.

1. O uso de copos, xícaras, tabacos, pratos que não são esterilizados.

2. O uso habitual de alimentos irritantes, como a pimenta do reino.

3. O beijo amoroso quando um deles for portador de uma lesão bucal e outra de cancerose.

4. O uso indiscriminado de certas drogas e dos antibióticos em doses excessivas.

5. O isolamento do corpo da terra por isolantes de borracha nos pés.

6. Os que trabalham na fábrica de alcatrão.

7. O nitrato usado na conservação dos produtos industrializados da carne. Experiências realizadas nos Estados Unidos comprovaram nos ratos os efeitos cancerígenos deste produto.

8. Ação cumulativa de fluxos radioativos no raio X, das aplicações de radium, televisão, os que residem em um subsolo de emanações de radons, os que trabalham nas usinas de elementos radioativos ou nas indústrias de mostradores de relógios com mesotórios.

Considerações acerca dos processos bioquímicos das enzimas e conclusões ser a teoria enzimática considerada como "enzima de caráter viral" o fator pelo desencadeamento da cancerose e não vírus.

1. O Carcinus é uma doença geral, hereditária ou adquirida, contagiosa e transmissível pela inoculação de células ou de seus filtrados.

2. Para se provar que o agente do câncer é um vírus, é necessário que o cultivo deste vírus e sua inoculação em outro animal, induza o câncer. Nas experiências de dois cientistas norte-americanos realizadas no Instituto Villejuif, na França, não foram confirmadas pelos próprios autores, quanto à existência de um vírus específico no sarcoma do homem.

3. A nossa observação experimental sobre os autolisados de neoplasia do homem, quando injetados em diversas espécies de animais induz o câncer, derroga o antigo conceito que considerava o carcinus não contagioso, sómente o sendo quando enxertadas as células do tumor neoplásico nos animais da mesma espécie, isto é, enxerto homólogo.

4. Os estudos leucêmicos geralmente surgem após um estado infecioso ou após submetidos ao bombardeio das radiações ionisantes. São freqüentes os casos de leucemias manifestadas após infecções por adenovírus da faringe, um estado considerado gripal, ou um acesso de reumatismo articular como após um indivíduo exposto a sobrecarga de radiações ionisantes. Exemplos eloquentes são os ocorridos após o bombardeio de Hiroshima e Nagasaki, em que aumentou o índice de incidência de 20% de leucemias e tumores malignos; a mesma percentagem apresentou os médicos e técnicos que lidam com aparelhos de raio X e os que trabalham com elementos radioativos.

5. Deduz-se que as leucemias, igualmente na cancerose, devem correr por conta de alterações químicas e físicas dos núcleos das células por agentes tóxicos, virais, exógenos ou ionisantes, que modificam a estrutura

dos cromossomas, o sincronismo das reações bioquímicas dos catalisadores enzimático ou bioelétricos do organismo.

6. Os caracteres patológicos adquiridos podem ser transmitidos aos descendentes. Radica esta assertiva o exemplo das plantações de milho que herdaram os caracteres degenerativos, com destroçamento dos cromossomas das plantas-mães com o bombardeio do Atol de Bikini e os estigmas da degenerescência de inúmeros filhos de mãos que receberam os impactos das mães que receberam atómica, internados no Hospital Atômico de Hiroshima. As células-filhas herdaram tanto os caracteres normais, como patogênicos das células-mães.

7. Ninguém conseguiu sintetizar as enzimas por constituir em propriedades inerentes a matéria vivente. O único meio de obtê-las é das células normais ou neoplásicas pela lise natural da decomposição destes dois tecidos, quer por via aeróbia quer anaeróbia.

8. É possível imunizar os animais contra inoculação de um tumor proveniente de outros animais da mesma espécie, enquanto que não é possível imunizar o animal portador de um tumor espontâneo, contra a inoculação em si mesmo com o seu próprio tumor, de vez que não é possível vacinar ou imunizar contra a própria substância corpórea — Bompiani.

9. Em casos excepcionais é possível criar substâncias antagônicas de material de seu próprio organismo, auto-anticorpo. Esta experiência é demonstrada ao injetar espermatozoide próprio em si mesmo; o próprio sangue os destrói.

10. Experiência de grandes pesquisadores do século passado, demonstraram a possibilidade de imunização adquirida de um animal, comprovada com a negatividade do enxerto de tecido neoplásico retirado de outro animal, quando o animal receptor fôr previamente imunizado.

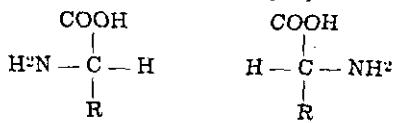
11. A negatividade dos enxertos neoplásicos em 60 prisioneiros da penitenciária de Ohio, havendo sido positivo, apenas, em um já portador de ferida cancerosa, demonstra a resistência imunitária do organismo contra o câncer e a lei da rejeição de tecidos estranhos.

12. A Soroterapia biológica foi ensaiada no último quartel do século passado por renomados pesquisadores. Nos primórdios deste século, o Dr. Botelho, chefe do Laboratório do Prof. Hartmann, ensaiou a soroterapia com o soro retirado do cavalo inoculado com material neoplásico maligno. Este investigador que honrou o Brasil no conceito entre os cientistas da cultura França, obteve casos de regressões tumorais malignas. Ainda pôde ver um seu cliente, chumbado ao leito

e desenganado pelo Prof. Marion entrar de braços dados com sua filha que se casava, na Igreja de Neuilly. (Slides.)

13. "O carbono é um elemento básico da matéria organizada. Possui inédita ação moderadora nas desintegrações dos átomos. Constitui o elemento fundamental das cadeias dos aminoácidos, componentes vitais dos organismos viventes, cujas combinações estão subordinadas aos fatos enzimáticos. Todas as moléculas viventes estão construídas ao redor do átomo de carbono, enlaçadas com inúmeros outros elementos, formando moléculas gigantes. Nenhum outro átomo contém a simetria que mantém coesas moléculas tão grandes. Estas são os ladrilhos de que são construídos todos os seres viventes que se chamam proteínas, primárias básicas da vida. "Fronteiras da Vida."

14. "Nos aminoácidos que são derivados dos ácidos orgânicos pela substituição de átomo de hidrogênio do radical, alcoólico pelo eminogênio (NH_3^+), o átomo carbono terminal é ligado a quatro grupos atómicos diferentes e assimétricos. Existe a possibilidade de duas moléculas de idênticas composição e estrutura, diferirem no espaço dos respectivos agrupamentos atómicos, o que diferem pelo desvio da luz polarizada, que segundo o químico Kogl, nos órgãos normais é desviada para a esquerda (levógiros) e nos cancerosos para a direita (dextrogiros) motivo pelo qual as enzimas específicas não se adaptam como não se adapta a chave na fechadura de iguais desenhos, ou ao inverso, os dedos das mãos não se superpõem.



Eis dois exemplos de duas moléculas diferirem nas disposições dos espaços de dois átomos: H e NH_2 , o suficiente para a inibição das enzimas específicas. — Bompiani.

15. As observações de Kogl em que nas cancerosas a luz é polarizada para a direita, estão de acordo com as de Pasteur nas quais observou que o *penicillium Glaucum* sómente consome o ácido tartárico dextrogiro e deixa intacto o levógiro. Estas enzimas possuem ações esterequímicas específicas e são inativas para outras transformações.

16. O câncer é degenerescência das células por enzimas patogênicas específicas. A morte das células já é um processo decorrente da cancerose. Prevejo que muitas afirmativas serão contraditadas. Além de nossas primeiras experiências a serem confirmadas, falo-vos com convicção, pois que nenhuma hipótese pode suplantar a esta, uma vez que, além dos inúmeros considerandos, repito, as

células normais tornadas carcinomatosas, mudam o tipo respiratório, é maneira dos processos enzimáticos.

17. A ação bacteristática é influenciada no sentido negativo de uma diminuição da capacidade de reações irritativas. Nestes últimos tempos, firmou-se o conceito de instituir um tratamento combinado antibiótico-imunitário, a fim de influenciar, de um lado, os microorganismos patogênicos no sentido bacteriostático e potencializar, de outro, as defesas imunitárias, mediante administrações de anticorpos pré-formados. "Terapia" — 4-1-1968.

18. Quando em um organismo sua flora microbiana de defesa é aniquilada em virtude da sideração de sobrecarga antibiótica, é este mesmo princípio de potencialização das defesas por meio de vacinas pode ser indicado ao tratamento dos cancerosos, não com anticorpos oriundos das gammaglobulinas, pois que, segundo as experiências de Botelho, constitui excitadores das células neoplásicas, mas com vacinas específicas, uma vez que estas provocam imunidade ativa nos organismos, compensando a ação destrutiva dos bacteriolíticos e bacteriostáticos, quando estes elementos empregados nas infecções secundárias de um canceroso. Está demonstrado experimentalmente que as gammaglobulinas possuem ação supressiva na imunoterapia.

TRANSFUSÃO DE SANGUE

19. Uma transfusão de sangue, que é um grande recurso da medicina, poderá trazer para o que a necessita consequências desastrosas. Os enxertos de sangue como todos os enxertos são eliminados, mas podem deixar sequelas indeléveis. A nosso ver, enzimas cancerígenas ou outros agentes poderão ser encontrados em qualquer organismo animal. Um indivíduo pode ser portador de câncer sem se aperceber e vir a falecer de outra enfermidade ou em idade proverba, pois que uma neoplasia maligna, quando se manifesta, já é um estágio avançado da doença, uma manifestação tardia da evolução do *morbus cancerigeno*. O terreno hereditário é um dos terrenos básicos da cancerose. Em nossas investigações, cerca de 70% dos cancerosos possuem antecedentes hereditários. Existem famílias inteiras que foram dizimadas por esta enfermidade e é comum entre marido e mulher, entre os enfermeiros ou lavadeiras, que, possuindo um fermento, lidam com produtos de secreções purulentas de feridas cancerosas.

É difícil a profilaxia da cancerose neste setor da transfusão de sangue. Seria aconselhável que quando se fizessem exames de sangue em laboratórios fosse registrada a existência ou não de células malignas circulantes no sangue e feitos exames de anticorpos específicos contra o câncer.

cer, recentemente descobertos por uma pesquisadora judia.

O câncer passou a liderar o número de óbitos nos grandes centros urbanos, não sómente em consequência das alterações ecológicas, hábitos não naturais e a poluição do ar, como também das transfusões de sangue, uma vez que muitos doadores são atacados de cancerose em estado latente.

TRANSMISSÃO DO CÂNCER PELO USO DE CARNES DE ANIMAIS ABATIDOS

19. Outro fator de transmissão do câncer é o uso de carnes de animais abatidos, contaminados pela cancerose. Os galináceos, suínos e roedores, são animais muito sujeitos a doenças infecciosas e ao câncer. Os subprodutos da carne, além de contaminados por agentes infecciosos ou cancerígenos, passam pelo processo de defumação, que também é outro elemento de cancerização. Nestes subprodutos usam, outrossim, o nitrato para a conservação da carne, que, segundo experiências realizadas recentemente nos Estados Unidos, verificaram a ação cancerígena d'este elemento nos ratos. Os nitratos possuem duas ações: modifica a intensidade do calor de ativação das enzimas e a ação destrutiva da catalase, que é elemento de defesa. As inativações pelo calor são de caráter irreversível. De um modo geral, as enzimas, pela sua habilidade ao calor, são reativadas com o aquecimento.

Muitas pessoas ao ingerirem a carne mal passada ou os subprodutos da mesma, poderão vir a ser contaminadas pelo câncer. Como a incidência desta enfermidade nos animais é grande, maior é a transmissibilidade aos homens. Estes fatores da transmissibilidade de agentes cancerígenos constituem um grave problema, que vem escapando à percepção dos dirigentes da saúde pública.

É imperativo e urgente a instituição de obrigatoriedade dos exames em animais antes de serem abatidos, por veterinários, aparelhados de meios de investigações, quando não é possível a diagnose macroscópica.

Este pronunciamento à classe médica constitui, outrossim, uma advertência aos supremos dirigentes do País, a fim de que encarem este problema máximo da Nação com realismo que merece, pois que acima de tudo está a saúde da gente de nossa terra, de vez que um povo forte é uma Nação forte.

20. A inoculação positiva, quer de tecidos neoplásicos, quer de lisados filtrados e cultivados na gelose, sem células, demonstra a existência de um "quid", agente químico, vírus ou enzimático patogênico.

21. As pesquisas científicas efetuadas por consagrados pesquisadores

dotados de aparelhos visuais, ultrapotentes, não conseguiram, até a presente data, confirmar a existência de um vírus do "morbus cancerigeno" no homem.

22. Para se provar que um vírus é o agente do câncer é necessário que o cultivo d'este vírus e sua inoculação em outro animal, induza o câncer. As experiências dos cientistas norte-americanos realizadas no Instituto de Ville Juif (França), não foram confirmados pelos próprios autores, quanto a existência de um vírus específico no sарcoma do homem.

23. Podem desaparecer os fatores predisponentes das neoplasias malignas, iniciado porém o processo ele continua a sua faina destruidora.

24. O processo maligno uma vez iniciado, a propagação cancerígena continua de uma célula maligna a outra normal, por metaplasia ou emilhotas, a maneira de colônias de cogumelos em semeadura, que se multiplicam até a modificação do substrato. As células malignas dominam outras células pela fixia metabólica, conduzindo ao desmoronamento de todo o maravilhoso edifício do organismo.

25. Conhece-se nos meios científicos, mais de trinta vírus inespecíficos que induzem o câncer. Se com injeções de A.D.N. de origem viral, foram induzidos formações neoplásicas, conclui-se que o fator está nas alterações bioquímicas d'este elemento. Sómente enzimas modificadas explicam esta formação experimental neoplásica.

26. De vez que o gene hereditário transmite atividade enzimática, específica e constante, quer seja oriunda de uma enzima normal ou modificada. O indivíduo pode nascer, pois, com o estigma do câncer.

27. As enzimas, como os vírus, possuem graus diversos de malignidade consoante às suas propriedades inerentes.

28. Se existem inúmeros casos de curas espontâneas de câncer, figurados na literatura médica, é porque existe um fator de defesa orgânica, imunitário que sob a ação reversível enzimática de síntese e reconstrução, recompõe a célula degenerada, neoplásica em célula normal. Este fato nos permite admitir a cura de cancerosos, quanto se modifique o meio ambiente de cada enzima cancerígena, ou sejam, estimulados os meios de defesa do organismo.

29. As células malignas cultivadas nos meios de cultura com trefônios, até o décimo nono dia ainda induzem o câncer e, após este tempo, algumas perdem gradativamente o caráter de malignidade e outras células não. Entretanto se a cultura fôr feita com plasma de animal canceroso, mantém-se por muito tempo a capacidade reprodutiva do tumor maligno. Infe-

re-se daí que existe um fator extrínseco das células cancerosas, que altera o caráter de malignidade pela modificação do meio ambiente. Este fato nos esclarece que se modificarmos o meio interno do sangue, pode-se modificar o estado maligno das células — Barbaci Zati fala outrossim em favor de um processo enzimático, uma vez que as enzimas manifestam o poder catalítico conforme o meio.

30. Da mesma maneira que existem levedos patogênicos, conhecidos como Selvagens, que alteram o processo normal de fermentação assim, também, existem enzimas patogênicas que alteram os fenômenos vitais normais das células.

31. Como todo catalisador, o fermento ou enzima, age acelerando a velocidade de uma reação química, não se desgasta e nem modifica o ponto de equilíbrio de um sistema reversível a expensas do qual pode tornar a formar os corpos primitivos. A possibilidade, segundo as condições do meio, de existirem reações reversíveis é de excepcional interesse na biologia.

32. Na cancerose, em sendo um processo fermentativo, sua enzima conforme o meio, tanto pode alterar as células do próprio organismo, como também reconstruí-las com o próprio material da decomposição.

33. Os fermentos catalisam também as reações de síntese, isto é, de reconstrução dos corpos primitivos as expensas do próprio material disponível. Os trabalhos do Shoenheimer empregando isótopos no estudo do ciclo metabólico, confirmaram o papel importante dos fermentos nos processos de síntese orgânica. Todavia, sua ação fica subordinada às condições do meio Suner — pág. 116.

34. Os sais minerais, conforme as concentrações ou eletividade, podem influir favorável ou desfavoravelmente na ação enzimática. Os eletrolitos, podem, em certas condições, alterar o estado coloidal e a ação enzimática; as grandes doses de álcool, clorofórmio e outros tóxicos, matam ou inativam as enzimas, por modificação do estado coloidal e dos processos de óxido-redução — P. Rondoni.

35. Em um animal quando se inocula fermentos ou enzimas, o sôro d'este elabora antifermentos ou anti-enzimas que inativam os respectivos processos enzimáticos. Se por esse processo se obtém antiemulsina, antilabfermentos, antitripsina, antipectina e outras; as injeções dos enzimas de tecidos neoplásicos formará, ipso facto, antienzima com propriedades anticancerígenas.

36. O sôro do sangue de um enfermo curado de neoplasia maligna aplicado em outro enfermo que tenha o mesmo tipo de neoplasia, a nosso ver atua como elemento de defesa, pelas

antienzimas específicas. Em alguns casos observados em nossa clínica, verificamos regressões em enfermos por este processo. O sôro de sangue humano e seus elementos de defesas, por serem homólogos, isto é, da mesma espécie, agem mais especificamente do que os soros heterólogos. Dois são os fatores terapêuticos fundamentais da soroterapia biológica: antitóxicos e antibacterianos. Pelos princípios soroterapêuticos é lógico considerar os de ordem antienzimática e específica para cada tipo de tumor.

37. No desencadeamento da cancerose, é necessário considerar vários fatores: o PH, o grau de temperatura, as intoxicações endógenas da massa sanguínea e os inibidores enzimáticos.

38. Consideramos o câncer como resultante da ação de enzimas. As patogénicas são destruidoras terríveis, outras enzimas poderão, entretanto, tornar-se patogénicas por um processo irritativo.

39. A enzima cancerígena como se fôra um prevírus já vem do nascimento, embora nem todos os portadores de câncer o contraiam por hereditariiedade. O agente maligno é transmitido às gerações futuras subsequente de acordo com as leis de Mendel, quanto aos caracteres dominantes e recessivos, numa árvore genealógica é comum encontrar nas ascendências de um canceroso outros portadores.

40. O mecanismo respiratório da célula cancerosa é o mesmo que o dos lêvedos. Pasteur já havia demonstrado que se uma cultura de lêvedo fosse privada de oxigênio, a fermentação surgiria para ajudar a célula no suprimento de energia para os processos vitais e, se o oxigênio, fosse novamente recolocado na cultura, a fermentação cessaria e a oxidação viria em seu lugar.

41. As células cancerosas possuem respiração mista, tanto vivem numa atmosfera de oxigênio, como desprovista de oxigênio. As células cancerosas se utilizam principalmente do oxigênio proveniente do desdobramento da glicose, como fazem os fermentos. As células cancerosas desdobram a glicose diretamente em ácido lático.

42. Walburg demonstrou que o metabolismo das células cancerosas se assemelha ao dos lêvedos e não dos organismos superiores. Tecidos malignos imersos em solução glicosada durante doze horas formam uma quantidade de ácido lático igual a do seu próprio peso, enquanto que o consumo de oxigênio livre é pequeno. O tumor canceroso colocado numa solução de água oxigenada e glicose em cada treze moléculas deste elemento cinde treze produzindo doze moléculas de ácido lático e oxida sómente uma. Se a experiência for rea-

lizada em um ambiente privado de oxigênio, o tumor vive — e se desenvolve da mesma forma, por glicólise em anaerobiose. Bonfiani — pág. 133 — Il Cancro.

43. Se colocarmos células cancerosas e normais em duas provetas, uma contendo solução de glicose com oxigênio e em outra a glicose sem oxigênio, observaremos o seguinte resultado: as células cancerosas sobrevivem em ambas as provetas e as normais sucumbem no meio que não contém o oxigênio.

44. Se com os trabalhos de Rous, em 1911, se abriram novas perspectivas nos estudos da cancerologia de hoje em diante uma nova era se abrirá no campo da oncologia experimental, de vez que o câncer nada mais é que um processo de fermentação das células resultante de ações enzimáticas e não vírais.

45. As enzimas pela sua natureza proteíca, são dotadas de propriedades antigenas; colocadas no meio sanguíneo, provocam a formação de anticorpos, isto é "antienzimas", com o mecanismo habitual das reações imunológicas. Por este meio, obtém-se antiquinase, antipepsina e anti-tripsina. Estas "antienzimas", inativam especificamente os抗igenos enzimáticos. Patologia e Química das Fermentações, pág. 90 (vide fotos).

46. A afirmativa do Prof. Mas Gordo do Conselho Superior de Investigações Científicas de Alicante (Espanha), de que "sómente pode compreender como agentes vivos, vírais, das crises anafiláticas periódicas nas leucoses, após um longo período de latência do processo agudo da doença. Esta assertiva padece de crítica. Este quadro clínico das reativações das leucemias caracterizado por astenia, leucopenia, aneossinofilia ou hipoesinofilia, pode ser reproduzido por asfixia, em se apertando o anel constrictor colocado em uma das pernas da cobaia leucêmica no período de latência. Este fato da reativação de um processo agudo leucêmico consecutivo à anoxia, fala em favor de um processo enzimático e não viral, em se considerando que a reativação da fermentação é propriedade dos fermentos quando privados de oxigênio, no substrato a ser transformado. Esta hipótese não invalida o fato de que as leucoses possam ser primitivamente produzidas por vírus como vetores inoculam as enzimas patogénicas, sendo estas os agentes etiológicos das leucemias, mesmo após o desaparecimento do vírus do organismo contaminado.

47. A cancerose adquirida pode ser transmitida aos descendentes de vez que há uma alteração genética.

48. A enzima bactérica possui um caráter de constância e especificidade igual a dos demais seres viventes. As

enzimas oriundas de microorganismos como dos seres superiores possuem caracteres hereditários dos ascendentes e transmissíveis aos descendentes.

49. Diferente é o mecanismo da produção de interferons resultante da luta dos microorganismos e das enzimas da fermentação anaeróbia pela lise do tecido hepático normal com a dos tumores malignos. Neste processo não entra o quadro das imunológicas e nem existem anticorpos oriundos dessa luta. Além destas duas reações que também se processam na elaboração da vacina oncolítica as quais estão sendo estudadas por nossa equipe e nos laboratórios do exterior, acresce a ação hormonal da decomposição das larvas dos materiais em lise. A parte hormonal desempenha importante papel de excitações das glândulas de secreções internas com repercussão sobre outros órgãos da economia animal. Há uma interação entre enzimas, vitaminas e hormônios. O desequilíbrio destes elementos conduz a perturbações fisioterápicas. Regiões onde os habitantes se alimentam de cereais em germinação, ricos em aminoácidos e enzimas e de larvas ricas em hormônios, são de um modo geral resistentes às enfermidades.

50. As enzimas convertem a energia química em cinética, uma vez que todos os processos vitais, desde o mais ínfimo microorganismo até o mais alto dos seres da escala animal ou vegetal, estão subordinados aos catalisadores químicos denominados enzimas, elementos básicos da vida. Hoje as perquirições dos cientistas estão se encaminhando para o magno problema das enzimas, a fim de solucionar muitos dos enigmas de várias doenças que estão subordinadas às alterações do sistema enzimático, inclusive as do patrimônio hereditário. A falha de apenas uma única enzima em elaborar sua atividade específica, conduz à alterações patológicas e até por vezes a mutações das células normais em células cancerosas.

51. Todo o efeito subentende uma causa única, como uma infecção tem um agente específico. Se na cancerose são atribuídas várias causas, também de naturezas diversas, de ordem física, química e biológica pergunto: qual a causa específica? Não podendo se formular uma explicação lógica, em meu entender, estes diversos agentes, sómente podem ser fatores predisponentes, agindo sobre um agente único e específico do *morbus cancerígeno*.

Bactérias em cultura se sofram mutações tanto sob a ação de "peróxido", elemento químico, como de irradiações ionizantes ou de ultravioleta, elementos físicos, assim as enzimas sofram mutações em suas estruturas químicas e em seus aspectos fisiológicos, o que lhes altera seus caracteres apatogênicos em patogênicos.

52. No que diz respeito aos estudos de vários pesquisadores sobre a ação cancerígena dos blastomicetos, é de se considerar que os blastomicetos normais são microorganismos que vivem e se multiplicam no organismo dos animais sem produzirem lesões. A espécie patogênica destes elementos, produz, porém, estado infecioso, em consequência a processo fermentativo além de produzir processo tumoral benigno ou maligno. Injetado intramuscular produz septicemia, tumores ou neoplasias malignas que se assentam principalmente no tecido conjuntivo, epíplon, pulmões, tecido hepático e linfático. Os blastomicetos são os principais agentes das fermentações, pelas suas enzimas. Vários pesquisadores Galeotti, Pentimolli e outros, julgaram que as transformações neoplásicas malignas eram produzidas pelas toxinas blastomicéticas, quando Buchner demonstrou que se pode obter fermentações dos blastomicetos com substâncias extraídas de seu corpo celular, denominando-as enzimas. Sanfelice afirmou ao examinar tumores sarcomatosos contendo inúmeros blastomicetos, que as transformações das células normais em neoplásicas deveriam correr por conta de enzimas patogênicas e não de produtos tóxicos dos blastomicetos. Tira-se esta ilação considerando que se fossem produtos tóxicos os fatores das neoplasias produzidas pelas inoculações de extratos neoplásicos blastomicéticos desprovidos de blastomicetos, a passagem de tumores ao inocular o sangue de um animal contaminado a outro, deveria extinguir sua ação patogênica de indução tumoral pela diluição do tóxico. A perene transmissibilidade dos tumores induzidos sem células e sem microorganismos, o marasmo e a caquexia lenta do enférmeo demonstram, outrrossim, ser enzimas e não toxinas a causa etiológica das transformações neoplásicas produzidas pelos blastomicetos.

Os estudos da "vacina carcinolítica" estão sendo realizados pela nossa equipe e também nos grandes centros de pesquisas da Europa, em Londres e na Nova Califórnia (Estados Unidos). Tão logo obtenhamos os resultados, quaisquer que sejam, quer os realizados por nós, quer os do exterior, voltarei a esta Egrégia Associação Médica, para anunciar-lhos no segundo pronunciamento.

Apresento aos Senhores Médicos, as teses formuladas. Como as demais são suscetíveis de críticas. As mesmas são necessárias pois constituem uma colaboração aos estudos de uma enfermidade que interessa a todos, de vez que, é raro uma família não atingida pela mesma doença. "Das discussões nascem as luzes". Entretanto, a humanidade em sendo sempre a mesma, prevejo as invectivas contra a hon-

rabilidade profissional, razão pela qual escudo-me na máxima do grande orador sacro Viterbo, que afirma "ninguém é santificado em vida e tão pouco declarado santo antes de morrer". Nesta senda continuarei com a consciência tranquila de haver cumprido meu dever de médico e cidadão prestante e de não haver jamais deslustrado a classe médica, aquém e além das fronteiras.

Eis, prezados colegas e senhores acadêmicos, o grande capítulo básico da medicina que se anteabre a vossos olhos. A vós compete o prosseguimento dos estudos de vossos predecessores. A ciência médica contemporânea que se assenta nos alicerces construídos pelos luminares do século passado, hoje, caminha nas recônditas profundezas da energia molecular das células, que constituem, repito, a essência da própria vida. A ciência em geral, avançou nos dois extremos: a visualização e a estrutura química dos gene, fatores das transmissões hereditárias que condicionam a perpetuidade da vida, e a penetração no espaço sideral com a conquista do satélite lunar da terra. Ambas as conquistas assombram a humanidade, o desfibrramento de nossas próprias células até as fronteiras da energia molecular, é o mais importante, repito, porque diz respeito à nossa própria existência. Amanhã, quando a ciência penetrar nos mistérios profundos das ações fisiopatológicas da trilogia: hormonal, vitaminica e enzimática, a ciência médica terá conquistado o mais alto grau em toda sua vida histórica de vez que, então, poderá conduzir a reconstrução de órgãos degenerados e então, a recuperação das doenças ditas como incuráveis.

Após esta explicação, solicito ao Digníssimo Presidente da Associação Paulista de Medicina de Taubaté, Dr. Angelo Hipólito Filho, que antes de dar a palavra livre aos colegas presentes nesta reunião seja concedida a palavra ao biólogo, Dr. Paulo Sayão Lobato, que em breves palavras irá expor seus trabalhos no terreno da imunogenética do mortus cancerígeno. A todos, o meu muito obrigado. — Abril, 1971. — Dr. José Luiz Cambranelli.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindeberg) — Não há mais oradores inscritos. (Pausa.)

Lembro aos Srs. Senadores que o Congresso Nacional está convocado para uma Sessão Conjunta a realizar-se hoje, às 21 horas, para a discussão, em turno único, do Projeto de Lei n.º 14, de 1971 (CN), que "altera dispositivos da Lei n.º 5.107, de setembro de 1966, e dá outras providências".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindeberg) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a Sessão, design-

nando para a Sessão Ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 400, de 1971) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 9, de 1971 (n.º 8-B, de 1971, na Câmara dos Deputados), que aprova o Acordo constitutivo do Instituto Internacional do Algodão, aberto à assinatura em Washington de 17 de janeiro a 28 de fevereiro de 1966.

2

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 399, de 1971) do Projeto de Resolução n.º 43, de 1971, que suspende, por inconstitucionalidade, a execução do Decreto-lei n.º 229, de 20 de março de 1970, do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindeberg) — Está encerrada a Sessão.

(Levanta-se a Sessão, às 16 horas e 30 minutos.)

DISCURSO PROFERIDO PELO EXMO. SR. MINISTRO DO EXÉRCITO, EM REPOSTA À SAUDAÇÃO QUE, EM NOME DA MARINHA E DA AERONÁUTICA, FOI FEITA PELO SR. MINISTRO ADALBERTO DE BARROS NUNES, QUE SE PUBLICA NOS TÉRMOS DO REQUERIMENTO N.º 173, DE 1971, DE AUTORIA DO SR. SENADOR NEY BRAGA, APROVADO NA SESSÃO DE 16 DE CORRENTE.

O DISCURSO DE GEISEL

Cabe-me responder, em nome do Exército, à saudação que lhe dirigem seus irmãos de armas da Marinha e da Fôrça Aérea, pela oração ungida de devoção cívica do Excelentíssimo Senhor Almirante-de-Esquadra Adalberto de Barros Nunes, Ministro da Marinha.

Com a mesma profunda sensibilidade humana que rege o exercício de seu comando, com a mesma invulgar acuidade que aplica na condução dos negócios de sua Pasta, com a mesma alentada cultura e com o acendrado patriotismo dedicados, no longo curso de sua carreira brilhante, ao serviço de nossas fôrças navais e do Brasil, Sua Excelênciâ esculpiu um monumento de exaltação a Caxias que move o soldado mais rijo.

Há um fremir de emoção que é bem familiar aos homens de farda, porque começamos a senti-lo desde os primeiros albores de nossa vida militar e até a morte nos acompanha e anima — é a vibração, como singelamente o chamamos em nossa linguagem de caserna. Enquanto jovens, não

nos acanhamos de alardeá-la, mas não costumamos exteriorizá-la quando os decênios de serviço vão marcando nossa carreira. Não quero escondê-la nesta hora. Quero, sim, que mede sonoridade à voz e eloquência à palavra, quero que me ajude a dizer o que todos sentimos nesta cerimônia.

O significado deste encontro não é apenas o de uma troca formal de cumprimentos. Aqui estão as Fôrças Armadas, representadas por seus chefes de maior hierarquia, a reafirmar sua coesão, nascida de trilharmos os mesmos caminhos de formação, iluminados por idênticos princípios e regras de conduta; a fortalecer sua fraternal amizade, alicerçada no compartilhamento da responsabilidade comum, na afinidade profissional, na intimidade mútua com o perigo, na convivência das horas amargas, na alegria solidária da vitória.

Obediência, disciplina, patriotismo, dedicação, estoicismo, dever, são as primeiras lições do brevíário militar. "Tranquilo, independente, pátria, sacrifício...", balbuciaria o venerado Osório no sopro do último suspiro.

E porque é um só nosso código de honra, e porque somos iguais em nosso ideal de servir, não se desviam nossos passos da direção dada pela mesma bússula, marchando, como disse Caxias, "ombro a ombro, em defesa da pátria, que é a nossa mãe comum."

O sentimento dessa responsabilidade não se encontra escrito em leis, mas vive em cada parte do nosso todo, e nunca faltou quando a nação precisou de nós. Não somos mudos. Não somos surdos. Não somos espectadores do destino da nacionalidade, mas participantes responsáveis na edificação de sua grandeza, e nossa contribuição nada concede, na intransigente determinação de manter a ordem, na indormida vigilância que proporciona segurança à obra fecunda do desenvolvimento do povo brasileiro.

Assim ocorreu em 31 de março de 1964, quando evitamos o caos, impedimos a desordem, fizemos refluxo à invasão da ideologia comunista repudiada pela índole de nossa gente, quando deflagramos uma revolução democrática para reformar, sanear, construir e desenvolver.

Nos governos revolucionários que se sucederam, não faltaram aos chefes que suportaram a impopularidade quando aspiravam pela simpatia, que seguiram o conselho duro e inflexível da razão sem ouvir o coração que preferia ceder e perdoar. Não nos abatemos ao desânimo diante da complexidade e da amplitude do objetivo a colimar, mas não faltaram a inspiração e a coragem dos remédios fortes para as situações de crise. E, por isso, vencidos os primeiros obstáculos que desviavam o País de seu futuro de grandeza, retomada a marcha do desenvol-

volvimento que mais se acelera com o ritmo que lhe imprime o Presidente Emílio Garrastazu Médici, não nos arreceamos do julgamento de nossas consciências, como não tememos o veredito da posteridade.

A cada dia que passa, mais podemos voltar-nos para as nossas atividades profissionais, proporcionando uma segurança cuja necessidade cresce à medida que aumenta o valor do que deve ser protegido.

Exercitando-nos dentro e fora dos quartéis, familiarizando-nos com o material bélico que se moderniza, no compasso de crescimento dos recursos nacionais, exercemos a guarda de nossa soberania, vivificando a fronteira terrestre, dando impulso e exemplo à ocupação dos espaços vazios, empregando nossos aviões e navios para ligar os centros desenvolvidos às regiões mais afastadas, patrulhando, do ar e no mar, em vigilância atenta e exaustiva, as águas territoriais de cujas riquezas não aceitamos condomínio in concessivel.

Neste país de moços, palpitante de entusiasmo que rejuvenescer os velhos e amadurece os jovens para o impulso que lhes cabe promover, transmitimos às crianças, no lazer de suas férias, o civismo que aprendemos no quartel, ensinando-lhes a doação comunitária do amor à Pátria e a beleza do culto à Bandeira, revelando-lhes a importância e o prazer da preparação física, estimulando-as para o despertar do espírito de equipe, que congrega e multiplica a força criadora do homem em sua terra. Enquanto isso, a juventude acorda do pesadelo criado pelas falsas imagens, inoculadas na pureza de seus ideais. A subversão que a não poucos atraiu, fascinou e enfeitiçou, já não encanta aos muitos cuja vida destruiu e a todos os que sentem o engodo de suas pseudofórmulas salvadoras. Restaram apenas os infelizes fracassados e os celerados que não se ajustam ao convívio social, os detratores da moral cristã, os ambiciosos de poder e de mando, submissos à orientação estrangeira. Mas estamos atentos a esses delinqüentes que põem em sobressalto o povo laborioso, roubando suas poupanças e subtraindo seus salários, assassinando com perfídia e crueldade chefes de família que ganham o pão dos filhos no trabalho honrado, danificando e destruindo bens públicos que custaram o suor fértil dos brasileiros. Até o seu completo aniquilamento, não nos faltará energia, não desfalecerá nossa determinação, não adormecerá, na rotina, a eficiência dos órgãos de segurança. Que caiam em si e voltem atrás os que se podem arrepender, pois do contrário pagará caro pelos crimes cometidos contra a sociedade.

Nessa como em outras de nossas responsabilidades, na obra revolucionária, que prossegue impertérrita até

a consolidação definitiva, as Fôrças Armadas não se permitirão negligenciar. Sabemos que de nada vale o esforço de toda a nação se não ficar, para as gerações que nos sucederem, para os dias de paz e prosperidade que queremos legar aos nossos filhos, uma invulnerável e duradoura estrutura, alicerçada na justiça social e na convivência fraterna dos países que merecem a nossa amizade, em clima "onde cada povo respeite a forma dos outros viverem".

Obedecendo às diretrizes do Comandante Supremo, egresso de nossas fileiras para a Primeira Magistratura, que aceitou como missão a cumprir, estamos comprometidos a não medir esforços para a construção de uma sociedade em que todos tenham iguais oportunidades e direitos, em que os princípios éticos basilares da lei divina e da lei dos homens saiam do terreno abstrato das idéias platônicas e deem o traço na argamassa das realizações concretas, para que a ameaça de crise social em que vive o mundo, por graça de Deus, contida em nossos dias no solo brasileiro, seja um espectro definitivamente erradicado das preocupações de nossos pósteros.

Camaradas da Marinha e da Aeronaútica.

Honra-se o Exército em receber-vos neste quartel-general, que se apronta para abrigar em Brasília a disposição sempre renovada de trabalhar pelo engrandecimento da Pátria. Honrase, e se comove, também, com a saudade que lhe dirigis, com a evocação esplêndida que fazeis de seu patrono. Agradecendo o vosso aplauso, os soldados de Caxias esperam em Deus não desmerecer o vosso julgamento e sabem que têm a seu lado, amalgamados pelos mesmos ideais e obstinados no inflexível cumprimento da missão comum, os marinheiros e aviadores do Brasil.

O SENHOR SENADOR JOÃO CALMON PRONUNCIOU DISCURSO NA SÉSSAO DE 8 DE SETEMBRO QUE ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. JOÃO CALMON (Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente. Srs. Senadores, nos primeiros momentos de independência de uma nação ou em estágios de desenvolvimento menos avançados, a celebração do Dia da Independência pode estar carregada, demasiadamente, de caráter emocional. Pode ocorrer, igualmente, que persistam dependências econômicas que limitem ou mesmo estrangulem a independência política.

A medida, porém, que o País amadurece, toma consciência de suas possibilidades e de seu destino e, principalmente, se dispõe a empreender a prodigiosa obra de descobrir e explo-

rar os seus recursos humanos e materiais, a afirmar sua decisão de correr os riscos da liberdade e sua capacidade de autodeterminação, ai, então, começa a se configurar, em suas proporções, a sua verdadeira emancipação.

A Independência, pois, está longe de ser um fato exclusivamente político; este se completa e se consolida com a independência econômica, que não significa, obviamente, xenofobia ou um utópico e indesejável isolamento mundial mas, tão-somente, a capacidade de um país de escolher o seu modelo e de comandar o seu processo de desenvolvimento dentro de índices satisfatórios de crescimento econômico e de equitativa e humana distribuição da renda nacional.

Se falharmos neste processo ensejaremos a erosão do sistema, o desgaste do princípio da autoridade e da liberdade responsável, com perigo para as instituições e prejuízo para o exercício livre e autônomo da vontade nacional nas relações com o exterior.

Independência política e independência econômica são realidades estreitamente correlacionadas. Sua consagração não se esgota no formalismo dos atos jurídicos ou das declarações discursivas, por solenes que sejam, e sim na permanente vigilância e na constância do exercício cívico e do trabalho duro e construtivo.

Ao contrário do ocorrido em tantas nações, nossa independência foi declarada por aquela mesma que representava aqui o poder estrangeiro, nosso Imperador Pedro I, cujos restos virão agora repousar, para sempre, à sombra da colina que presenciou atônita o gesto grande e singular do rompimento com o colonizador — o que acabou por engrandecer ao Imperador e à Mãe-Pátria.

A graça da forma pacífica que caracterizou nosso rompimento com Portugal não dispensou, antes redobrou, nossa obrigação de assegurar a plenitude da independência política com o sólido embasamento econômico e social.

A Independência real de uma nação não é fato consumado, gratuito, insuscetível de derrogação ostensiva ou velada. A independência é uma conquista cotidiana, resulta de uma determinação consciente e permanente, de gerações e gerações, no sentido de aceitar e enfrentar os desafios que os tempos oferecem para que se retemperem os ânimos e se reforcem os alícerces da nacionalidade.

Cada geração recebe o seu desafio específico e se engrandece na medida em que lega à geração seguinte o resultado de seu esforço leal, solidário e competentemente realizado.

A meu ver, o maior desafio, entre tantos feitos à nossa geração — desa-

fio não apenas ao Brasil mas ao nosso tempo — é o da Educação, fator primacial de desenvolvimento econômico e de organização e progresso social e político.

O desenvolvimento econômico, reduzido a termos meramente quantitativos, não traduz as verdadeiras dimensões da pessoa humana e da vida social. Assim limitado, pode gerar distorções e frustrações capazes de prejudicar todo um programa de governo. Desenvolvimento não é só crescimento, mas modificação de atitudes e comportamento, de concepção de valores e sobretudo de estrutura.

A educação é elemento qualificador, por excelência, do desenvolvimento, aquêle que lhe dá rumo certo, que assegura o seu dinamismo e a renovação de suas motivações, que garante a visão global e harmônica do processo social a seguir, que democratiza as oportunidades e mobiliza e enriquece os recursos humanos da nação — capital maior de um país.

Numa hora carregada de emoção como esta, coincidindo com uma verdadeira explosão de progresso do Brasil, produzida pela Revolução de 64, a festa da Independência que ontem celebrámos adquire um novo e alto sentido.

É confortador assistir ao espetáculo da conquista de nosso território, conquista pacífica para a paz e o progresso, oferecendo ao brasileiro novos horizontes e dando ao mundo testemunho iniludível de nossa capacidade de ocupar a vastidão de nossas terras e de explorá-la em benefício de nosso povo e de toda a humanidade. A esse processo de integração geográfica se associa o de integração comunitária de ideais e esforços.

É igualmente confortador que, graças à Revolução, tenhamos adquirido maior seriedade na perseguição aos caminhos que mais nos convenham e na determinação de alcançar os grandes objetivos nacionais, à base de rigoroso planejamento e da mobilização do potencial de recursos disponíveis.

Depois de tanto termos vivido como testemunhas ou protagonistas de numerosos episódios turbulentos da vida republicana, encho-me de orgulho cívico por ter o privilégio de viver no Brasil de hoje deserto e vibrante, que vai perdendo as manchas do subdesenvolvimento para ingressar, decididamente, no círculo, ainda restrito, das nações industrialmente avançadas.

Estamos sendo dignos da grandeza de nossas mais sagradas e autênticas tradições, fazendo do Brasil um modelo de potência socialmente justa e integrada, a serviço da paz e do desenvolvimento de toda a humanidade, como manifestação de independência política consciente e firmemente estabelecida.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a partir do corrente ano, surgiu, nas paradas da Semana da Independência, um novo contingente constituído de adolescentes e adultos que freqüentam os cursos do Movimento Brasileiro de Alfabetização.

O povo aplaudiu, com o mais intenso entusiasmo, as nossas gloriose classes armadas, sustentáculos das instituições, os estudantes das escolas primárias e de nível médio e superior e os alunos do MOBRAL.

No dia de hoje, Sr. Presidente e Srs. Senadores, transcorre o 4º aniversário de fundação dessa benemerita cruzada, que congrega os esforços dos Poderes Públicos e da comunidade e eu não poderia deixar de consignar, em nossos Anais, essa data de tão transcendental significação.

O Movimento Brasileiro de Alfabetização foi criado por iniciativa do saudoso Presidente Arthur da Costa e Silva, quando era titular da Pasta da Educação, nosso eminentíssimo colega, o nobre Senador Tarso Dutra.

No dia 8 de setembro de 1967, Dia Mundial da Alfabetização, em solenidade realizada no Palácio do Planalto e transmitida em cadeia nacional de rádio e de televisão, foi anunciada a todo o Brasil a fundação do MOBRAL. Nessa oportunidade, o Ministro Tarso Dutra destacou que, ao longo do Governo Costa e Silva deveriam ser alfabetizados 11.500.000 adolescentes e adultos.

No dia 15 de dezembro de 1967, foi assinado o Decreto-lei n.º 5.379, institucionalizando o MOBRAL.

Logo no ano seguinte, entretanto, sobreveio uma grande agitação nos meios estudantis, que obrigou o Presidente da República e o Ministro da Educação a darem prioridade à solução dos problemas dos excedentes aprovados nos exames vestibulares para as Universidades. Como sabemos, graças aos esforços dos Governos da Revolução de 1964, triplicou o número de vagas em nossas escolas superiores.

Depois de um hiato de dois anos, o MOBRAL resuscitou, foi revitalizado pelo Presidente Garrastazu Médici, que afirmara, num de seus pronunciamentos mais incisivos: "A educação e a cultura são os dois maiores desafios de meu Governo". Consolidara-se, em nosso País, a convicção de que não poderíamos continuar a ser, nas 3 Américas, o 15.º e na América Latina o 13.º país em número de analfabetos em relação à população.

No dia 8 de setembro de 1970, no mesmo Dia Mundial da Alfabetização, o novo Chefe da Nação, contando com o excepcional dinamismo do seu notável e bravo Ministro da Educação, nosso colega Senador Jarbas Passari-

nho, lançou as bases do programa concreto de ação do MOBRAL, nos próximos dez anos.

Para essa tarefa de extraordinário interesse nacional foi convocado um dos mais admiráveis economistas e planejadores do nosso País, o eminentíssimo Professor Mário Henrique Simonsen, autor de um dos mais argutos e corajosos diagnósticos da nossa problemática educacional, no seu best seller "Brasil: ano 2001". A Secretaria executiva do Movimento foi confiada ao Padre Felipe Spotorno.

Ao prestar esta homenagem ao MOBRAL, que hoje comemora, na realidade, o seu primeiro aniversário de atuação efetiva, eu não poderia omitir uma palavra de louvor a outras cruzadas de alfabetização, também beneméritas, mas de iniciativa governamental e outras de iniciativa particular: a Campanha de Educação de Adultos, lançada pelo Professor Lourenço Filho, quando Diretor do Departamento Nacional de Educação; o Movimento de Educação de Base, da Igreja Católica Apostólica Romana e que recebeu, num congresso internacional promovido pela UNESCO, em Teerã, a consagração do primeiro prêmio; a Cruzada ABC, iniciativa dos evangélicos e que conseguiu alfabetizar mais de 400.000 brasileiros; as Escolas Radiofônicas da Sirena, dirigidas pelo Professor Ribas, o Projeto Alfa, no Paraná, os esforços da Fundação Educacional Padre Landell de Moura, em Porto Alegre; os cursos de alfabetização da Rádio S. Miguel, em Uruguaiana, de propriedade da Diocese; a Campanha de Fraternidade, lançada por Sua Santidade o Papa Paulo VI, o Sistema Dom Bosco, criado pelos admiráveis padres salesianos, que dispensa o uso de cartilhas e foi apresentado pela Rádio Tupi de Televisão em todo o Brasil, alcançando o primeiro prêmio numa competição internacional de que participaram oitenta países, na cidade de Hiroshima, no Japão, os cursos promovidos pelo Exército, pela Marinha, pela Aeronáutica, pelo SESI, pelo SENAC e por tantas e tantas outras instituições.

Várias dessas iniciativas continuam a dar excelentes resultados e só merecem estímulo, apoio e aplausos.

Que tem feito o MOBRAL nos seus doze primeiros meses, com o prodígioioso esforço de seus dirigentes e de suas equipes de voluntários, em milhares de comunidades? Eis os seus dados oficiais: o MOBRAL já alfabetizou 350 mil alunos, no seu primeiro ano de atividades.

Esperava alfabetizar, nesta década, 7 milhões de adolescentes e adultos de 14 a 35 anos de idade, mas, já hoje, admite atingir essa meta dentro de apenas 4 anos.

Dos 3.875 municípios, 3.200 já estão sendo cobertos pelo MOBRAL, com um total de 1.350 mil alunos inscritos.

Dentro de poucos meses, já 2.500.000 brasileiros estarão aprendendo a ler e a escrever nos seus cursos.

Com o esforço concentrado dos três governos da Revolução, os índices de analfabetismo vão diminuindo cada vez mais, embora não nos devamos convencer de que a batalha já está ganha.

Em 1940, a percentagem de analfabetos era de 59%; em 1950, baixou para 50%; em 1960, foi reduzida a 39%; e, em 1970, a 33%, de acordo com os dados do último censo recentemente divulgados.

Como a percentagem apurada de brasileiros de zero a 14 anos é da ordem de quase 42%, e, como se sabe, que gira em torno de 3 a 4 milhões o número de crianças que não freqüentam escolas primárias, o quadro ainda apresenta aspectos sombrios.

De setembro de 1970 até hoje, são estes os Estados e os municípios em que atua o MOBRAL: Acre, 2.400 alunos; Amapá, 1.860 alunos; Amazonas, 20.497, em 29 municípios; Pará, 20.950 alunos, em 48 municípios; Maranhão, 98.040 alunos, e 110 municípios; Piauí, 85.782 alunos, em 106 municípios; Ceará, 115.115 alunos, em 125 municípios; R. G. do Norte, 32.012 alunos, em 69 municípios; Pernambuco, 1.169 alunos, em 120 municípios; Alagoas, 72.478 alunos, em 93 municípios; Sergipe, 10.153 alunos, em 59 municípios; Bahia, 101.169 alunos, em 204 municípios; Espírito Santo, 19.408 alunos, em 28 municípios; Minas Gerais, 326.625 alunos, em 518 municípios; Estado do Rio, 66.625 alunos, em 63 municípios; Guanabara, 7.800 alunos; São Paulo, 150.736 alunos, em 380 municípios; Paraná, 135.570 alunos, em 380 municípios; Santa Catarina, 82.392 alunos, em 166 municípios; Rio Grande do Sul, 74.149 alunos, em 233 municípios; Mato Grosso, 19.882 alunos, em 44 municípios; Goiás, 20.463 alunos, em 61 municípios; Brasília, 12.619 alunos; e Roraima, 750 alunos.

Nesta nota oficial divulgada, ontem, o MOBRAL anunciou as causas da evasão dos alunos de seus cursos, que é da ordem de 30%:

- 6% dos alunos desistiram porque moravam longe do posto de aprendizagem;
- 30%, porque trabalhavam em outras regiões;
- 18%, por falta de interesse;
- 20%, por doenças diversas, entre elas: verminose, febre amarela, esquistossomo;
- 24%, por problemas familiares (pais que precisavam dos filhos para o trabalho);
- 2%, desajustamento no meio da turma.

Para ganhar a batalha da alfabetização em nosso País, a Revolução de março de 1964, entre outras providências, decidiu criar um incentivo fiscal destinado ao MOBRAL. Além disso, reservou 30% dos lucros da Loteria Esportiva para o Movimento Brasileiro de Alfabetização.

Foram mobilizados recursos da ordem de 80 milhões de cruzeiros.

No entanto, só ganharemos essa luta, no Brasil, se todos nos convencermos, definitivamente, de que a vitória não depende apenas do Governo nos seus três planos, federal, estadual e municipal, mas, também, e, principalmente, da participação da comunidade.

Estamos vivendo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, um momento dos mais importantes da História deste País. Ninguém poderia acusar os brasileiros de 1971 de estarem cultivando um falso ufanismo.

Hoje, no Brasil pós-Revolução de 1964, cultivamos o patriotismo e desestimamos a patriotada.

Temos um longo e áspero caminho a percorrer, procurando recuperar o tempo perdido. Não ganharemos a batalha do desenvolvimento, simultaneamente com o esforço por uma redistribuição mais justa, mais humana e mais equitativa da riqueza nacional se nos deixarmos dominar por uma prematura euforia.

Estamos muito longe de ser o quarto ou o quinto país do mundo em dispêndios com educação em relação ao Produto Nacional Bruto, como o comprovam os anuários da UNESCO.

Em apenas 7 anos, a Revolução realizou um gigantesco esforço, aumentando as verbas destinadas à educação, mas não pôde realizar milagres que não dependem apenas de mais vultosas alocacões de recursos financeiros, mas também de tempo para aperfeiçoar a máquina educacional, formar professores e evitar os clamorosos desperdícios tantas vezes denunciados, principalmente na área do ensino superior, inclusive por uma Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados, em 1968, um libelo que ainda merece exame e mediatação.

Quase dobramos os dispêndios com educação em relação ao Produto Nacional Bruto entre 1963 e 1970, mas tão auspíciosas constatação não entra em conflito com esta outra, melancolicamente verdadeira: o aumento de dispêndios com educação, no setor público e no setor privado, não tem acompanhado proporcionalmente, nos últimos anos, o extraordinário crescimento do nosso PNB que significa a referência, cada vez mais frequente, ao "milagre brasileiro" (crescimento de 28 bilhões de dólares em 1967 para 40 bilhões de dólares em 1971).

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Revolução aceitou o desafio da educação e vai vencê-lo. Nesta Sessão de comemoração do Dia da Independência, justifica-se amplamente o aplauso ao MOBRAL na alfabetização de adolescentes e adultos e ao Presidente Médici e ao Ministro Jarbas Passarinho, nos demais setores da educação.

SEM O ÉXITO DOS ESFORÇOS, MOLIBRAN-

DO O GOVERNO E O PESSO, A NOSSA INDEPENDÊNCIA CORRE GRAVE RISCO, JÁ QUE, HOJE, NA ERA DA EXPLORAÇÃO ESPACIAL, HÁ UM NOVO E PERIGOSO TIPO DE COLONIALISMO, O COLONIALISMO TECNOLÓGICO A QUE FICARÃO SUBJUGADOS OS PAÍSES QUE NÃO RECONHECEREM A ALTÍSSIMA PRIORIDADE DA SOLUÇÃO DO PROBLEMA DA EDUCAÇÃO.

NESTA NOVA E SAUDÁVEL ATMOSFERA DE VIBRAÇÃO CÍVICA, DE CONFIANÇA CONSCI-

ENTE E NÃO DELIRANTE NO ESMPLOROSO FUTURO DO BRASIL, ESTAMOS TODOS CERTOS DE QUE O PRESIDENTE MÉDICI IRÁ RECEBER DEPOIS DE AMANHÃ, DIA 10, EM JUNDIAÍ, SÃO PAULO, RECORDISTA DE ALFABETIZAÇÃO NA CRUZADA DO MOBRAL, AS MESMAS MANIFESTAÇÕES DE ENTUSIASMO E DE CARINHO QUE LHE FORAM TRIBUTADAS NO DECORRER DA SEMANA DA PÁTRIA.

MUITO OBRIGADO. (MUITO BEM! PALMAS.)

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 1971

Aos dezenove dias do mês de agosto de mil novecentos e setenta e um, na sala do Gabinete do Presidente do IPC, com a presença dos senhores Deputados Milton Brandão, Passos Pôrto, Bento Gonçalves, Pedro Faria, e mais o Senhor Deputado Dirceu Cardoso, Auditor, sob a presidência do Senador Nelson Carneiro, reuniu-se o Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Congressistas, para tratar de assuntos diversos. — Lida e aprovada a Ata da reunião anterior, o Senhor Presidente dá a palavra aos Senhores Conselheiros que tenham processos para relatar. — Inicialmente, o Conselheiro Passos Pôrto relata, com parecer favorável, o Projeto de Resolução, o processo originário da Secretaria para, nos cálculos de estabelecimento ou reajuste dos valores das pensões do IPC, serem desprezadas as frações de cruzeiro, o que é aprovado. — A seguir relata o requerimento de auxílio-doença, por intervenção cirúrgica buco-maxilar, de interesse de Victor do Espírito Santo Filho, favorável quanto à parte relativa a intervenção cirúrgica e pela concessão do auxílio de Cr\$ 500,00 (quinquinhentos cruzeiros); após dis-

CUTIDA A MATERIA, O PARECER É APROVADO. — Em continuação o Conselheiro Bento Gonçalves relata, favoravelmente, o processo de pensão do Senhor José Dias Macedo, o qual é aprovado, e o Conselheiro Milton Brandão e dos senhores Manoel Batista Fontinelli e Nilo de Souza Coelho, ambos de concessão de pensão e com pareceres favoráveis. — É aprovado o do Senhor Manoel Batista Fontinelli e o Senhor Conselheiro Pedro Faria solicita vista do referente ao senhor Nilo de Souza Coelho. — Prosseguindo, o Conselheiro Bento Gonçalves, no exercício do cargo de Tesoureiro, analisa o levantamento do movimento financeiro semanal da Tesouraria e o Conselheiro Pedro Faria comunica que, a pedido do Senhor Presidente Cattete Pinheiro, solicitou do Técnico Atuarial que se pronunciasse, antes do seu relatório final, sobre o projeto de lei que altera a legislação do IPC, em tramitação no Senado, e que o mesmo se prontificou a fazê-lo. — Finalmente, foi aprovado o processo de desligamento do senhor Rainhundo de Souza Coelho. — Nada mais havendo a tratar, é encerrada a reunião às doze horas. — E, para constar, eu, Alberto de Oliveira, Secretário, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

12.ª REUNIÃO, REALIZADA EM 2-9-71, AS 15:30 HORAS

As quinze horas e trinta minutos do dia dois de setembro do ano de mil novecentos e setenta e um, presentes os Senhores Senadores Carvalho Pinto, Presidente, Magalhães Pinto, Virgílio Távora, Nelson Carneiro, Arnon de Mello, Augusto Franco, Antônio Carlos, Ruy Santos, Accioly Filho e Saldanha Derzi, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, na Sala das Comissões.

Deixam de comparecer, com causa justificada, os Senhores Senadores Wilson Gonçalves, Filinto Müller, Fernando Corrêa, José Sarney, Lourival Baptista, João Calmon, Danton Jobim e Franco Montoro.

Dos projetos constantes da pauta são relatados os seguintes:

— pelo Senador Magalhães Pinto:

Projeto de Decreto Legislativo n.º 13, de 1971, que aprova a Convenção para Repressão ao Apoderamento Ilícito de Aeronaves, assinado em Haia, em 16 de dezembro de 1970, com reserva ao § 1.º do art. 12.

— pelo Senador Nelson Carneiro:

Projeto de Decreto Legislativo n.º 14, de 1971, que aprova o texto do Estatuto da Conferência de Haia de Direito Internacional Privado, adotado naquela cidade no período de 9 a 31 de outubro de 1951.

— pelo Senador Arnon de Mello:

Projeto de Decreto Legislativo n.º 15, de 1971, que aprova a emenda ao artigo VI do Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica, aprovado pela XIV Conferência Geral da referida Agência, realizada em Viena, entre 22 e 29 de setembro de 1970.

Todos os pareceres lidos são favoráveis e aprovados pela Comissão.

A seguir, o Senhor Presidente torna secreta a reunião a fim de serem discutidas e votadas as Mensagens n.ºs 186 e 187, de 1971, que submetem à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Jorge de Oliveira Maia para, cumulativamente, exercer as funções de Embaixador junto aos Governos de Cingapura e da República do Vietnã.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Afrânia Cavalcanti Melo Junior, Secretário, a presente Ata que, uma vez lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

ATA DA 6.ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 14 DE SETEMBRO DE 1971

Aos quatorze dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta e um, às dezesesseis horas e vinte minutos, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Senhor Senador Heitor Dias, Presidente eventual, presentes os Senhores Senadores Augusto Franco, Benjamin Farah e

Osires Teixeira, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviço Público Civil.

Ausentes, com causa justificada, os Senhores Senadores Tarso Dutra, Celso Ramos, Jessé Freire e Amaral Peixoto.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que é em seguida, aprovada.

A seguir, da matéria constante da pauta, é relatado o seguinte:

— Pelo Senador Osires Teixeira

Pela aprovação, nos termos da Emenda Substitutiva, do Projeto de Lei do Senado n.º 27, de 1971 (Autor: Senador Paulo Tórres), que "autoriza o Poder Executivo a instituir junto ao Ministério do Interior, Grupo de Trabalho com a finalidade de proceder a um levantamento básico para o diagnóstico da situação sócio-econômica do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências".

Submetido o parecer à discussão e votação, sem restrições, é aprovado.

Nada mais havendo que tratar, o Senhor Presidente encerra a presente reunião e, para constar, eu, J. Ney Passos Dantas, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, uma vez lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 69, de 1971 (CN), que submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.186, de 27 de agosto de 1971, que "concede estímulos à fusão, incorporação e relocalização de unidades industriais açucareiras, e dá outras providências".

ATA DA 2.ª REUNIÃO, REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 1971

Aos quinze dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta e um, às dezesseis horas, na Sala de Reuniões das Comissões do Senado Federal, sob a presidência do Senhor Senador Ruy Carneiro, presentes os Senhores Senadores Ruy Santos, Milton Cabral, João Cleofas, Paulo Guerra, Arnon de Mello, Paulo Tórres, Flávio Brito, Mattos Leão e os Senhores Deputados Delson Scarano, Manoel Taveira, Manoel Novaes, Gonzaga Vasconcelos, Alfeu Gasparini, José Alves, Alair Ferreira, Walter Silva e Vinícius Cansanção, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 69, de 1971 (CN), que submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.186, de 27 de agosto de 1971, que "concede estímulos à fusão, incorporação e relocalização de unidades industriais açucareiras, e dá outras providências".

Ausentes os Senhores Senadores Augusto Franco e Celso Ramos e os Senhores Deputados Airon Rios e Thales Ramalho.

O Senhor Presidente declara aberta a reunião e concede a palavra ao Senhor Deputado Alair Ferreira que tece algumas considerações sobre o texto do Decreto em exame e em seguida passa à leitura do parecer de sua autoria, o qual conclui pela aprovação do Decreto-lei n.º 1.186 de 1971, nos termos do projeto de decreto legislativo que oferece.

Colocado em discussão, pede a palavra o Senhor Senador João Cleofas, que profere admirável histórico sobre a evolução das unidades industriais açucareiras no País. Cita também que o Instituto do Açúcar e do Álcool e o Conselho Monetário Nacional interpretaram o decreto-lei, em exame, de maneira que não se ajusta à orienta-

ção governamental, principalmente o que se refere ao subsídio previsto no texto do decreto-lei. Termina a sua brilhante exposição, lendo Declaração de Voto, subscrita também pelos Senhores Senador Paulo Guerra e Deputado Gonzaga Vasconcelos e solicita ao Senhor Presidente que seja a mesma anexada ao parecer do ilustre Relator.

Falam em seguida os Senhores Senador Arnon de Mello, Deputado Manoel Taveira, Senador Ruy Santos, todos expondo os problemas da industrialização da cana-de-açúcar, as fusões e incorporações de unidades industriais açucareiras nos seus respectivos Estados.

Colocado em votação, é o Parecer aprovado pela maioria, consignando-se a Declaração de Voto apresentada pelos Senhores Senadores João Cleofas, Paulo Guerra e Deputado Gonzaga Vasconcelos e o voto com restrições dado pelo Senhor Deputado Manoel Taveira.

O Senhor Presidente leva ao conhecimento da Comissão que, por indicação da Liderança da ARENA no Senado, o Senhor Senador Flávio Brito passou a integrar a Comissão, substituindo o Senhor Senador Carvalho Pinto, que encontra-se licenciado.

O Senhor Presidente agradece a presença dos Senhores Congressistas e dá por encerrada a reunião.

Para constar, eu, Walter Manoel Germano de Oliveira, Secretário, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, é assinada pelo Senhor Presidente e vai à publicação. — Ruy Carneiro, Presidente.

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Ruy Carneiro

Vice-Presidente: Senador Arnon de Mello

Relator: Deputado Alair Ferreira

Senadores

Deputados

ARENA

- | | |
|-------------------|------------------------|
| 1. Ruy Santos | 1. Delso Scarano |
| 2. Milton Cabral | 2. Manoel Taveira |
| 3. João Cleofas | 3. Manoel Novaes |
| 4. Paulo Guerra | 4. Gonzaga Vasconcelos |
| 5. Arnon de Mello | 5. Alfeu Gasparini |
| 6. Augusto Franco | 6. Airon Rios |
| 7. Paulo Tórres | 7. José Alves |
| 8. Carvalho Pinto | 8. Alair Ferreira |
| 9. Mattos Leão | |
| 10. Celso Ramos | |

MDB

- | | |
|-----------------|-----------------------|
| 1. Ruy Carneiro | 1. Thales Ramalho |
| | 2. Walter Silva |
| | 3. Vinicius Cansanção |

CALENDÁRIO

Dia 3-9-71 — É lida a Mensagem, em Sessão Conjunta;

— Apresentação do parecer, pela Comissão, de acordo com o art. 110, do Regimento Comum.

Dia 15-9-71 — Reunião para apreciar o Parecer do Relator, às 16 horas, na Sala da Comissão de Finanças do Senado Federal.

PRAZO

Até dia 22-9-71, na Comissão Mista;

Até dia 26-10-71, no Congresso Nacional.

Diretoria das Comissões — Seção de Comissões Mistas — 11.º andar — Anexo do Senado Federal — Secretário: Walter Manoel Germano de Oliveira — Telefone: 43-6677 — Ramais 313 e 303.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL**ORÇAMENTO DO DISTRITO FEDERAL PARA 1972**

O Presidente da Comissão do Distrito Federal, no cumprimento das prescrições insertas no art. 17, § 1º, da Constituição da República Federativa do Brasil e em atendimento às disposições regimentais,

RESOLVE baixar as seguintes instruções a serem observadas durante os processos de discussão e votação da Proposta Orçamentária do Distrito Federal para o exercício de 1972:

1. Os Srs. Senadores poderão apresentar emendas de subvenção para entidades educacionais e assistenciais do DF, obedecidos os seguintes critérios:

a) SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

cota por Senador — Cr\$ 4.000,00, com o mínimo de Cr\$ 1.000,00 por entidade;

b) SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS

cota por Senador — Cr\$ 3.000,00, com o mínimo de Cr\$ 1.000,00 por entidade.

2. As emendas serão recebidas pelo Setor de Orçamento da Diretoria da Assessoria Legislativa (10.º andar do Anexo) e na Secretaria da Comissão do Distrito Federal (11.º andar do Anexo) impreterivelmente até o dia 28 de setembro, inclusive, em regime de horário integral.

3. As emendas deverão ser datilografadas em 5 (cinco) vias, em formulário próprio.

4. Não serão recebidas emendas que não contenham a assinatura do Senador nas 5 (cinco) vias.

5. No processamento e classificação das emendas serão observados os critérios fixados na Lei n.º 1.493, de 13 de dezembro de 1951, que dispõe sobre o pagamento de auxílios e subvenções, e na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

6. Os trabalhos orçamentários obedecerão ao seguinte calendário:

a) 28 de setembro — término do prazo para a apresentação de emendas;

b) até 18 de outubro — apreciação, pela Comissão, dos pareceres sobre o projeto e emendas;

c) até 8 de novembro — encaminhamento do projeto, com as emendas, para apreciação do Plenário.

Comissão do Distrito Federal, em 3 de setembro de 1971. — Senador Cattete Pinheiro, Presidente da Comissão do Distrito Federal.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL**PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 79/DF, DE 1971****Proposta orçamentária do Distrito Federal para 1972**

Senador Osires Teixeira:

DISTRIBUIÇÃO DOS SENHORES RELATORES POR UNIDADE ADMINISTRATIVA DO GDF

Senador Saldanha Derzi:

Secretaria de Agricultura e Produção
Secretaria de Finanças
Receita e Texto da Lei

Senador Fernando Corrêa:

Secretaria de Serviços Sociais
Secretaria de Saúde
Secretaria de Serviços Públicos

Senador Adalberto Sena:

Secretaria de Educação e Cultura
Secretaria de Administração
Secretaria do Governo

Secretaria de Viação e Obras
Secretaria de Segurança Pública
Polícia Militar do Distrito Federal
Corpo de Bombeiros do Distrito Federal

Senador Antônio Fernandes:

Tribunal de Contas do Distrito Federal
Departamento de Turismo
Procuradoria-Geral
Gabinete do Governador

Sala das Comissões, em 3 de setembro de 1971. — Senador Cattete Pinheiro, Presidente da Comissão do Distrito Federal.

M E S A

Presidente:	4º-Secretário:
Petrônio Portella (ARENA — PI)	Duarte Filho (ARENA — RN)
1º-Vice-Presidente:	1º-Suplente:
Carlos Lindenbergs (ARENA — ES)	Renato Franco (ARENA — PA)
2º-Vice-Presidente:	2º-Suplente:
Ruy Carneiro (MDB — PB)	Benjamin Farah (MDB — GB)
1º-Secretário:	3º-Suplente:
Ney Braga (ARENA — PR)	Lenoir Vargas (ARENA — SC)
2º-Secretário:	4º-Suplente:
Clodomir Millet (ARENA — MA)	Teotônio Vilela (ARENA — AL)
3º-Secretário:	
Guido Mondin (ARENA — RS)	

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder:
Filinto Müller (ARENA — MT)
Vice-Líderes:
Antônio Carlos (ARENA — SC)
Benedito Ferreira (ARENA — GO)
Dinarte Mariz (ARENA — RN)
Eurico Rezende (ARENA — ES)
José Lindoso (ARENA — AM)
Orlando Zancaner (ARENA — SP)
Ruy Santos (ARENA — BA)

LIDERANÇA DA MINORIA

Líder:
Nelson Carneiro (MDB — GB)
Vice-Líderes:
Danton Jobim (MDB — GB)
Adalberto Sena (MDB — AC)

C O M I S S Õ E S

Diretora: Edith Balassini.
Local: Anexo — 11º andar.
Telefones: 42-6933 e 43-6677 — Ramal 300.

A) COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Francisco José Fernandes.
Local: 11º andar do Anexo.
Telefone: 43-6677 — Ramal 301.

1) COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Guerra
Vice-Presidente: Matto Leão

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

Antônio Fernandes	Tarsó Dutra
Vasconcelos Torres	João Cleofas
Paulo Guerra	Fernando Corrêa

Daniel Krieger

Flávio Brito

Matto Leão

MDB

Amaral Peixoto

Adalberto Sena

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.

Reuniões: quintas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Waldemar Alcântara
Vice-Presidente: Benedito Ferreira

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

José Guiomard	Saldanha Derzi
Waldemar Alcântara	Osires Teixeira
Dinarte Mariz	Lourival Baptista
Wilson Campos	
José Esteves	
Benedito Ferreira	

MDB

Adalberto Sena

Franco Montoro

Secretário: Walter Manoel Germano de Oliveira — R. 313
Reuniões: quintas-feiras, às 15 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)

(13 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger
Vice-Presidente: Accioly Filho

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

Daniel Krieger	Carvalho Pinto
Accioly Filho	Orlando Zancaner
Milton Campos	Amon de Mello
Wilson Gonçalves	João Calmon
Gustavo Capanema	Matto Leão
José Lindoso	Vasconcelos Torres
José Sarney	
Emíval Caiado	
Helvídio Nunes	
Antônio Carlos	
Eurico Rezende	
Heitor Dias	

MDB

Nelson Carneiro

Franco Montoro

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305.
Reuniões: quartas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

4) COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Cattete Pinheiro
Vice-Presidente: Adalberto Sena

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

Dinarte Mariz	Paulo Tôrres
Eurico Rezende	Luiz Cavalcanti
Cattete Pinheiro	Waldemar Alcântara
Benedito Ferreira	José Lindoso
Osires Teixeira	Filinto Müller
Fernando Corrêa	
Saldanha Derzi	
Heitor Dias	
Antônio Fernandes	
Emíval Caiado	

MDB

Adalberto Sena

Nelson Carneiro

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — Ramal 307.
Reuniões: terças-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

5) COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Magalhães Pinto

Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

Magalhães Pinto	Domício Gondim
Vasconcelos Torres	Milton Campos
Wilson Campos	Geraldo Mesquita
Jessé Freire	Flávio Brito
Augusto Franco	Leandro Maciel
Orlando Zancaner	
Paulo Guerra	
Milton Cabral	
Helvídio Nunes	
José Lindoso	

MDB

Amaral Peixoto	Franco Montoro
----------------	----------------

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306.

Reuniões: quintas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões do Gabinete do Presidente da Comissão.

6) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Gustavo Capanema

Vice-Presidente: João Calmon

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

Gustavo Capanema	Arnon de Mello
João Calmon	Helvídio Nunes
Tarsó Dutra	José Sarney
Geraldo Mesquita	
Cattete Pinheiro	
Milton Trindade	

MDB

Benjamin Farah	Adalberto Sena
----------------	----------------

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306.

Reuniões: quintas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

7) COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Cleofas

Vice-Presidente: Virgílio Távora

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

Celso Ramos	Cattete Pinheiro
Lourival Baptista	Antônio Carlos
Saldanha Derzi	Daniel Krieger
Geraldo Mesquita	Milton Trindade
Alexandre Costa	Dinarte Mariz
Fausto Castello-Branco	Emíval Caiazzo
Ruy Santos	Flávio Brito
Jessé Freire	Eurico Rezende
João Cleofas	
Carvalho Pinto	
Virgílio Távora	
Wilson Gonçalves	
Mattoz Leão	
Tarsó Dutra	

MDB

Amaral Peixoto	Nelson Carneiro
Franco Montoro	

Danton Jobim

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 314.

Reuniões: quartas-feiras, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças — Ramais 172 e 173.

8) COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Franco Montoro

Vice-Presidente: Heitor Dias

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

Heitor Dias	Wilson Campos
Domício Gondim	Accioly Filho
Paulo Torres	José Esteves
Benedito Ferreira	
Eurico Rezende	
Orlando Zancaner	

MDB

Franco Montoro	Danton Jobim
----------------	--------------

Secretário: Marcus Vinícius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: quartas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Externas.

9) COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Arnon de Mello

Vice-Presidente: Benjamin Farah

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

Arnon de Mello

Paulo Guerra

Luiz Cavalcanti

Antônio Fernandes

Leandro Maciel

José Guiomard

Milton Trindade

Domicio Gondim

Orlando Zancaner

MDB

Benjamin Farah

Danton Jobim

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: terças-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

10) COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Antônio Carlos

Vice-Presidente: Danton Jobim

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

Antônio Carlos

Cattete Pinheiro

José Lindoso

Wilson Gonçalves

Filinto Müller

Emival Caiado

MDB

Danton Jobim

Adalberto Sena

Secretária: Beatriz Brandão Guerra — Ramal 130.

Reuniões: quartas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões anexa ao Plenário.

11) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Wilson Gonçalves

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

Carvalho Pinto

Milton Cabral

Wilson Gonçalves

Fausto Castello-Branco

Filinto Müller

Augusto Franco

Fernando Corrêa

José Lindoso

Antônio Carlos

Ruy Santos

Arnon de Mello

Cattete Pinheiro

Magalhães Pinto

Jessé Freire

Saldanha Derzi

Virgílio Távora

Accioly Filho

José Sarney

Lourival Baptista

João Calmon

MDB

Franco Montoro

Amaral Peixoto

Danton Jobim

Nelson Carneiro

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — Ramal 307.

Reuniões: quintas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

12) COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Fernando Corrêa

Vice-Presidente: Fausto Castello-Branco

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

Fernando Corrêa

Saldanha Derzi

Fausto Castello-Branco

Wilson Campos

Cattete Pinheiro

Celso Ramos

Lourival Baptista

Ruy Santos

Waldemar Alcântara

MDB

Adalberto Sena

Benjamin Farah

Secretária: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 314.

Reuniões: terças-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

13) COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Tôrres

Vice-Presidente: Luiz Cavalcanti

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

Paulo Tôrres
 Luiz Cavalcanti
 Virgílio Távora
 José Guiomard
 Flávio Brito
 Vasconcelos Torres

Milton Trindade
 Alexandre Costa
 Orlando Zancaner

MDB

Benjamin Farah Amaral Peixoto

Secretário: Mario Nelson Duarte — Ramal 312.

Reuniões: terças-feiras, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Externas.

14) COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Amaral Peixoto

Vice-Presidente: Tarso Dutra

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

Tarso Dutra Magalhães Pinto
 Augusto Franco Gustavo Capanema
 Celso Ramos Paulo Guerra
 Osires Teixeira
 Heitor Dias
 Jessé Freire

MDB

Amaral Peixoto Benjamin Farah

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.

Reuniões: quartas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Externas.

15) COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES

E OBRAS PÚBLICAS — (CT)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente Leandro Maciel

Vice-Presidente Alexandre Costa

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

Leandro Maciel

Alexandre Costa

Luiz Cavalcanti

Milton Cabral

Geraldo Mesquita

José Esteves

Dinarte Mariz

Benedito Ferreira

Virgílio Távora

MDB

Danton Jobim

Benjamin Farah

Secretário: Mario Nelson Duarte — Ramal 312.

Reuniões: quartas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

B) COMISSÕES TEMPORÁRIAS

Comissões Mistas, Especiais e de Inquérito

Chefe: J. Ney Passos Dantas

Local: 11º andar do Anexo

Telefone: 43-6677 — Ramal 303

1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional

2) Comissões Temporárias para Apreciação de Votos.

3) Comissões Especiais e de Inquérito.

4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).

Constituição da República Federativa do Brasil

QUADRO COMPARATIVO

Volume com 328 páginas — Preço: Cr\$ 8,00

Contém, comparadas
em todos os artigos:

Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969.
Constituição do Brasil de 24 de janeiro de 1967 (e as alterações introduzidas pelos Atos Institucionais de nºs 5 a 17 e Ato Complementar nº 40/69, ratificado pelo art. 3º do Ato Institucional nº 6/69).
Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946 (com as Emendas Constitucionais e Atos Institucionais que a alteraram).

Em notas, além de outras observações, são destacadas as alterações aprovadas pelo Congresso Nacional, através de emendas, ao Projeto de Constituição remetido ao Congresso pelo Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, em dezembro de 1966.

Trabalho organizado e revisto pela Diretoria de Informação Legislativa e impresso pelo
SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Os pedidos devem ser endereçados à Fundação Getúlio Vargas — Sede: Praia de Botafogo, 190 — ZC-02 — Rio de Janeiro-GB (atende, também, pelo Serviço de Reembolso Postal) — Lojas: no Rio de Janeiro: Av. Graça Aranha, 26 — Em Brasília: SQS 104, Bloco "A", Loja 11 — Em São Paulo: Av. Nove de Julho, 2029 — C.P. 5534

INELEGIBILIDADES

LEI COMPLEMENTAR Nº 5, DE 29 DE ABRIL DE 1970

"Estabelece, de acordo com a Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, art. 151 e seu parágrafo único, casos de inelegibilidades, e dá outras providências."

ÍNDICE — LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.581, DE 26 DE MAIO DE 1970

"Estabelece normas sobre a realização de eleições em 1970, e dá outras providências."

LEGISLAÇÃO CITADA

PREÇO: CR\$ 3,00

Trabalho elaborado, revisado e impresso pelo Serviço Gráfico do Senado Federal

Nota: A distribuição desta obra foi entregue à FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Os pedidos devem ser endereçados à Fundação Getúlio Vargas — Sede: Praia de Botafogo, 190 — ZC-02 — Rio de Janeiro-GB (atende, também, pelo Serviço de Reembolso Postal) — Lojas: no Rio de Janeiro: Av. Graça Aranha, 26 — Em Brasília: SQS 104, Bloco "A", Loja 11 — Em São Paulo: Av. Nove de Julho, 2029 — C.P. 5534

**Serviço Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.503
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,20